



Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto
Instituto Politécnico da Guarda

Relatório de Estágio da Prática de Ensino Supervisionada

Daniela Job Calçada

Mestrado

fevereiro 2012



Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto
Instituto Politécnico da Guarda

RELATÓRIO ORIENTADO POR:

Prof. ° Doutor Carlos Manuel Francisco

Relatório de Estágio da Prática Pedagógica
Supervisionada com vista à obtenção do grau de Mestre
em Professores de 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, no
Instituto Politécnico da Guarda

Agradecimentos:

- Ao meu orientador o Professor Dr. Carlos Francisco que me guiou por este caminho tão desconhecido, pela paciência e ensinamentos;
- À Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca da Cerdeira;
- À Professora Cooperante Maria do Carmo, o meu mais sincero reconhecimento pela orientação, conselhos, sugestões, amizade;
- À Professora Cooperante Maria José Matos, pelas sugestões concedidas, agradecendo o seu incentivo e motivação;
- Ao Professor Cooperante Filipe, pela orientação, conselhos e disponibilidade, agradecendo o seu incentivo e orientação;
- À minha amiga Ana Maria Batista Simões agradeço a ajuda, apoio e a coragem que me disponibilizou durante todo este percurso;
- Ao Vítor Nunes, pela disponibilidade e orientação;
- Aos meus pais e marido, sem eles a realização de toda a minha formação não seria possível.

A todos o meu mais profundo agradecimento.

Resumo

Este relatório diz respeito ao Estágio de Natureza Profissional / Prática de Ensino Supervisionada realizada na Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, Cerdeira do Coa e foi elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Professores de Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, do curso de Mestrado em Professores de Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, do Instituto Politécnico da Guarda da Escola Superior de Comunicação, Educação e Desporto. No qual serão apresentados: O Enquadramento Institucional e a localização da Instituição e os aspetos mais relevantes que a caracterizam; a caracterização socioeconómica e psicopedagógica das turmas; o processo da prática de ensino supervisionado, o macro contexto, o contexto legal, o contexto institucional, o contexto de natureza funcional e por último uma reflexão e hetero-avaliação.

No III Capítulo será retratado um estudo sobre as atitudes, comportamentos e valores que os alunos dessa escola apresentam durante os intervalos letivos e em sala de aula.

Esta pesquisa vem justificar a necessidade de se trabalhar os valores também na escola, a falta de atitudes, comportamentos nos alunos em contexto escolar tem vindo a aumentar nos últimos anos em frequência e em gravidade.

Neste sentido, o presente relatório também incide sobre o comportamento dos alunos em contexto escolar, a influência da família, da escola e da sociedade nesses mesmos comportamentos nem sempre disciplinados e adequados.

Para a concretização desta investigação socorremo-nos de uma amostra de 49 alunos da escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, Cerdeira do Coa.

Palavras-Chaves: Estágio – Supervisão - Escola – Valores - Atitudes - Comportamentos

Abstract

This report concerns the Professional Nature of Internship/practice Supervised education held in Regional School Dr. José Dinis da Fonseca, OCA and was drafted Cerdeira for obtaining the master's degree in teaching Teachers of 1st and 2nd cycle of basic education, of the master course in Teachers colleges of 1st and 2nd cycle of basic education, the Instituto Politécnico da Guarda da Escola Superior de de communication, education and sport. Where will be presented: the institutional framework and the location of the institution and the most relevant aspects that characterize; the socio-economic characterization and psicopedagógica class sizes; the process of supervised teaching practice, the macro context, the legal context, the institutional context, the context of functional nature and finally a reflection and hetero-assessment.

In Chapter III is depicted a study on the attitudes, behaviors and values that pupils of this school have school during breaks and in the classroom. This research comes to justify the need to work also at the school values, the lack of attitudes, behaviors in students in school context has been increasing in recent years in frequency and severity. In this sense, this report also focuses on the behaviour of pupils in school context, the influence of the family, school and society in those behaviors are not always adequate and disciplined. To achieve this research socorremo us a sample of 49 Regional school students of Dr. José Dinis da Fonseca, Cerdeira of Coa.

Keywords: Internship – Supervision – School –Attitudes - Values - Behaviors

Índice

Resumo.....	ii
Índice das Tabelas.....	ix
Índice dos quadros	xi
Índice dos Gráficos	xiii
Introdução	14
I Capítulo - Enquadramento Institucional	17
1. Enquadramento Institucional	19
1.1. O meio.....	19
1.2.Caracterização e diagnóstico da escola	19
2. Caracterização Socioeconómica e Psicopedagógica das Turmas.....	20
II Capítulo - Descrição do Processo da Prática de Ensino Supervisionada	27
2. Descrição do Processo da Prática de Ensino Supervisionada	28
2.1. Macro Contexto.....	29
2.2.Contexto legal	30
2.3. Contexto Institucional	32
2.4. Contexto de natureza funcional.....	35
2.5. Reflexão: Auto e Hetero – Avaliação	37
III Capítulo - Aprofundamento do Problema	41

1. Aprofundamento do Problema	43
Nota preliminar	43
2. Revisão da literatura.....	45
2.1. Conceito de Valores	45
2.1.1. Desenvolvimento dos valores nos jovens na sociedade atual	46
2.2. Conceito de atitudes e comportamentos.....	46
2.3. A importância da família na transmissão de valores.....	49
2.4. A importância da sociedade na transmissão de atitudes e valores	52
2.5. A importância da Escola na transmissão de atitudes e valores	53
2.6. Deveres e Regras na Escola	54
2.7. A importância das instituições de acolhimento na transmissão de atitudes e valores.....	55
2.8. A importância da junção Família e Escola na transmissão de atitudes e valores.....	55
3. Metodologia	58
3.1. Desenho do estudo	59
3.2. Caracterização da amostra.....	59
3.4. Procedimentos	62
3.5. Análise dos dados.....	62
4. Apresentação dos Resultados.....	63
5. Discussão dos Resultados	67
6. Considerações Finais do Estudo	69
7. Conclusão.....	71
8. Implicações e Sugestões Futuras.....	73
9. Bibliografia	75
10. Anexos	81

Índice das Tabelas

Tabela 1: Representação dos alunos por géneros.....	21
Tabela 2: Representação do tipo de alunos.....	21
Tabela 3: Representação das idades dos alunos.....	21
Tabela 4: Representação das habilitações literárias dos pais.....	22
Tabela 5: Representação das profissões dos pais.....	22
Tabela 6: Representação dos Encarregados de Educação.....	23
Tabela 7: Representação do número de irmãos de cada aluno.....	23
Tabela 8: Representação das idades dos irmãos.....	23
Tabela 9: Representação das idades dos pais.....	24
Tabela 10: Representação do local de proveniência dos alunos.....	24
Tabela 11: Representação do local onde estudam os alunos.....	24
Tabela 12: Representação da ocupação dos tempos livres dos alunos.....	25

Índice dos quadros

Quadro I: Modelo, dimensões e parâmetros de avaliação e respectivos avaliadores.....	32
--	----

Índice dos Gráficos

Gráfico 1: Representação do gênero da amostra.....	60
Gráfico 2: Representação da amostra por frequência de ano.....	60
Gráfico 3: Representação dos tipos de alunos (Internos e externos na Instituição)	61
Gráfico 4: Representação dos comportamentos evidenciados pelos alunos nos intervalos.....	63
Gráfico 5: Representação dos comportamentos.....	64
Gráfico 6: Representação do local de ocorrência dos maus comportamentos.....	65
Gráfico 7: Representação anual do comportamento dos alunos em sala de aula.....	66

Introdução

No âmbito da Unidade Curricular de Estágio Pedagógico, do curso de Mestrado em Professores de Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, do Instituto Politécnico da Guarda da Escola Superior de Comunicação, Educação e Desporto, foi-nos proposto como elemento de avaliação desta Unidade Curricular a realização do presente Relatório de Estágio.

Este relatório diz respeito ao Estágio de Natureza Profissional / Prática de Ensino Supervisionada e foi elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Professores de Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com os decretos-lei n.º 74/2006 de 24 de março e n.º 43/2007 de 22 de fevereiro.

O Estágio Pedagógico é um dos principais elementos na formação de Professores, pois é através dele que surge a passagem dos conhecimentos teóricos e científicos, para os conhecimentos práticos adequados ao contexto real de prática letiva. Segundo Ralha (1995) o estágio surge como a oportunidade de — (...) — unificar as várias disciplinas que constituem a componente académica dos cursos, através da sua articulação com situações reais.

O problema da falta de valores, atitudes e comportamento dos alunos tem aumentado nos últimos anos em frequência e em gravidade. Neste sentido, o presente estudo visa analisar as atitudes e comportamentos, que alunos desta instituição particular, evidenciam nos intervalos letivos e em sala de aulas. Para a concretização desta investigação socorremo-nos de uma amostra de 49 alunos desta instituição, (alunos da turma de 5º e 6º anos). Os instrumentos de recolha de dados foram as grelhas de observação dos comportamentos nos recreios no 1º e 2º intervalo, e a grelha de avaliação anual dos comportamentos em sala de aula.

Organizámos este trabalho em III Capítulos, o primeiro é dividido em dois pontos. No primeiro ponto é feito um enquadramento teórico da Instituição relativamente à organização e administração escolar: descrição do meio, caracterização e diagnóstico da escola. No segundo ponto é feita a caracterização socioeconómica e psicopedagógica das turmas.

O II capítulo descreve o processo de prática de ensino supervisionada, dividindo-se em cinco pontos: o macro contexto, contexto legal, contexto institucional, o contexto de natureza funcional e no último ponto é feita uma reflexão (auto e hétero-avaliação).

O III capítulo refere-se ao estudo investigativo, aborda a problemática em estudo – aprofundamento do problema:

Que atitudes e comportamentos, os alunos desta instituição particular, evidenciam nos intervalos letivos e na sala de aulas?

Discorremos à revisão da literatura, consideramos importante referir neste ponto o conceito de valores; o desenvolvimento dos valores nos jovens na sociedade atual; o conceito de comportamentos; a importância da família na transmissão de atitudes e valores; a importância da sociedade na transmissão de atitudes e valores; a importância da escola na transmissão de atitudes e valores; deveres e regras na escola; a importância das instituições de acolhimento na transmissão de atitudes e valores e para terminar a importância da junção da família e escola na transmissão de atitudes e valores. Fizemos ainda referência à metodologia utilizada, a problemática e os objetivos gerais e específicos do trabalho, caracterizamos a amostra, mencionamos as técnicas e os instrumentos da recolha de dados assim e após apurada a análise dos resultados apresentamos e discutimos os resultados obtidos relativamente a esta problemática.

Por último terminamos com a apresentação das conclusões finais.

I Capítulo - Enquadramento Institucional

1. Enquadramento Institucional

1.1. O meio

A Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, também conhecida pelo Colégio da Cerdeira, situa-se na freguesia da Cerdeira do Coa, pertencente ao concelho do Sabugal distrito da Guarda. Na confinação deste concelho com o da Guarda e de Almeida, situa-se uma das 40 freguesias, a Cerdeira do Coa. Na margem esquerda do Rio Noéme, na extremidade Norte da Ponte Romana que une as duas margens, ergue-se um edifício granítico, com portados de cantaria, que desperta a atenção do transeunte.

1.2. Caracterização e diagnóstico da escola

Antes de mais, esta escola é como todas as outras. Se não possuísse todos os elementos que caracterizam uma escola, não seria católica. No entanto, não basta ser escola. A escola católica tem uma identidade própria: não é rotineira, nem está preocupada só com a subsistência; tem, como outras escolas, objetivos culturais, mas deve ajudar os alunos a crescer, iluminados pela Fé, no conhecimento da vida, do homem e do mundo, preparando-os, assim, para a inserção nos grupos das paróquias de origem, ou fundação de outros e sua dinamização. CRISTO É O FUNDAMENTO do projeto educativo desta escola.

A escola, assim entendida, promove o aluno a viver de maneira divina, isto é, a pensar, a querer e a agir segundo os critérios evangélicos, fazendo das Bemaventuranças a norma de vida. Os princípios evangélicos tornam-se, nesta escola, normas educativas, motivações interiores e, ao mesmo tempo, metas finais. O ensino ministrado deve ter por base uma dupla síntese:

- Fé-cultura, através do ensino das diversas disciplinas, e do contributo pessoal de cada professor.
- Fé-vida, gerada pela própria comunidade educativa e testemunhada pelos educadores.

Daí que seja dada formação aos professores não só no aspeto científico e pedagógico, como também humano, moral e religioso e se promovam ações de formação do mesmo teor para pais e pessoal não docente, a nível de escola e organizadas pela Associação Portuguesa das Escolas Católicas - APEC.

Assim, todos os professores que aceitam trabalhar nesta escola devem comprometer-se a educar neste sentido. Pelo facto de uma Escola Católica ter objetivos comuns a qualquer escola, não pode esquecer os seus objetivos específicos, que também são importantes: formar cidadãos, conscientes, livres, responsáveis, atuantes e, sobretudo, cristãos. Numa sociedade tão voltada para os valores materiais, urge aparecer alguém que tente despertar o indivíduo para a realidade deste mundo passageiro pelo qual não se deve deixar dominar.

Não significa o que atrás foi exposto, que não se aceitem alunos de outras religiões. Sabemos aceitar e respeitar as diferenças.

Por despacho de 08 de julho de 2004, foi autorizado o regime de coeducação, a vigorar a partir de 2004/2005, conforme averbado no Alvará, em 24 de junho de 2005, na Direção Regional de Educação do Centro, pela, então, Diretora Regional Adjunta, Maria Cristina Lopes Dias, e passou a falar-se de alunos/as, em vez de alunas.

2. Caracterização Socioeconómica e Psicopedagógica das Turmas

As turmas alvo da presente intervenção são constituídas pelo 5ºA e 6ºA. Relativamente à turma de 5ºA é formada, por (30) elementos, (11) do sexo masculino e (19) do sexo feminino, a turma do 6ºA é constituída por (19) elementos, (5) do sexo masculino e (14) do sexo feminino, conforme tabela apresentada.

Tabela 1: Representação dos alunos por géneros

Ano	5°		6°	
Género	M	F	M	F
Total	11	19	5	14

No que concerne aos alunos institucionalizados em cada turma existem (6) casos de alunos internos na instituição, todos eles do sexo feminino, conforma nos indica a tabela.

Tabela 2: Representação do tipo de alunos

Ano	5°		6°	
Tipo de alunos	M	F	M	F
Externos	11	13	5	9
Internos	-	6	-	6

Em termos etários, a composição das turmas revela-se bastante heterogénea. As idades dos alunos oscilam entre os (10) e os (12) anos, como se pode observar na tabela das idades dos alunos.

Tabela 3: Representação das idades dos alunos

Ano	5°		6°	
Idades	M	F	M	F
10	9	15	-	1
11	2	1	2	8
12	-	3	1	7
Total	11	19	3	16

Passando para a análise do ambiente familiar podemos analisar, para obter uma melhor caracterização do contexto em que nos movemos, algumas variáveis como as habilitações literárias, a profissão, como representam as tabelas apresentadas.

Quanto ao nível das habilitações literárias, (19) Pais completaram a 4º ano; mais de (21) pais dos elementos da turma de que conhecemos estes dados cumpriram apenas 9º ano; (25) pais terminaram o 12º ano; Apenas em (2) casos temos a frequência do Ensino do Ensino Superior; (15) pais não forneceram elementos à escola.

Com o estudo estatístico das habilitações dos pais e das mães observou-se que as mães apresentam habilitações académicas superiores às dos pais.

Tabela 4: Representação das habilitações literárias dos pais

Ano	5º		6º		Total
	Mãe	Pai	Mãe	Pai	
Habilitações Literárias					
4º ano	4	5	3	7	19
6º ano	3	1	2	1	7
7º ano	1	-	-	-	1
8º ano	-	-	-	1	1
9º ano	11	6	2	2	21
10º ano	1	3	-	-	4
11º ano	-	-	-	1	1
12º ano	3	9	11	2	25
Frequência do Ensino do superior	1	1	-	-	2
Não foram fornecidos dados à escola	6	5	1	5	17

Esta situação tem natural reflexo na estrutura profissional dos Pais da turma, em que predominam profissões do setor secundário, como se pode concluir na tabela.

Tabela 5: Representação das profissões dos pais

Ano	5º		6º		Total
	M	F	M	F	
Profissão					
Setor primário	2	2	2	1	7
Setor secundário	15	11	14	11	51
Setor terciário	1	1	-	-	2
Desempregado	1	2		3	6
Doméstica		7		2	9
Não existem informações	11	6	3	2	22

Relativamente ao papel do encarregado de educação, maioritariamente são representados pela mãe, tendo em conta a tabela apresentada.

Tabela 6: Representação dos Encarregados de Educação

Ano	5°			6°		
Pais	Mãe	Pai	Outro	Mãe	Pai	Outro
Encarregado de Educação	22	3	5	15	2	2

Em relação ao número de irmãos, (28) alunos têm apenas (1) irmão, existem (11) alunos com (2) irmãos, (3) alunos com (+ de 2) irmãos e apenas (8) alunos são filhos únicos, como se pode observar na tabela.

Tabela 7: Representação do número de irmãos de cada aluno

Número de irmãos	Nenhum	1	2	+ 2
5°ano	5	16	8	1
6°ano	3	11	3	2
Total	8	28	11	3

No que concerne a idade dos irmãos podemos concluir que (18) alunos têm irmãos ≤ 12 anos, (17) alunos têm irmãos entre os 13-15 anos e 16 alunos têm irmãos ≥ 16 , como podemos verificar na tabela.

Tabela 8: Representação das idades dos irmãos

Idades dos irmãos	≤ 12	13-15	≥ 16
5°ano	15	6	13
6°ano	3	11	3
Total	18	17	16

Conforme tabela apresentada podemos verificar que (39) pais apresentam idades que vão dos 29-39 anos, (41) pais apresentam idades entre os 40-49 anos e existem (8) pais que têm idade ≥ 50 anos.

Tabela 9: Representação do número dos irmãos

Ano	5°		6°		Total
	Mãe	Pai	Mãe	Pai	
Idade dos pais					
29-39	20	8	2	9	39
40-49	6	15	11	9	41
≥50	4	1	3	-	8
Não foram fornecidos dados	-	6	3	1	10

Relativamente à proveniência dos alunos, conclui-se que a maioria provém de freguesias do Distrito da Guarda. Apresentam-se (2) casos oriundos da Covilhã, Distrito de Castelo Branco. Existindo (1) caso proveniente da Suíça.

Tabela 10: Representação da proveniência dos alunos

Ano	5°		6°		Total
	M	F	M	F	
Proveniência					
Distrito da Guarda	5	20	5	14	44
Distrito de Castelo Branco	-	2	-	-	2
Distrito de Lisboa	-	1	-	-	1
Outro	-	2	-	-	2

A outro nível, foi possível apurar que (25) alunos estudam no quarto, (16) alunos estudam na sala e verificam-se (8) alunos que estudam na cozinha.

Tabela 11: Representação do local onde os alunos estudam

Local onde estuda	5°ano	6°ano	Total
Quarto	15	10	25
Sala	11	5	16
Cozinha	4	4	8

Na ocupação dos tempos livres os alunos têm como preferência, ver televisão, a prática de desportos e a utilização do computador, como se pode verificar na tabela

Tabela 12: Representação da ocupação dos tempos livres

Ocupação dos tempos livres	5ºAno	6ºAno	Total
Andar de bicicleta	5	2	7
Brincar	5	1	6
Jogar computador	5	3	8
Dançar	1	2	3
Ler	3	1	4
Praticar desporto	5	5	10
Ver televisão	6	5	11

Na turma do 5º ano estão incluídos duas alunas com necessidades educativas especiais de carácter permanente de acordo com o Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro. Ambas têm um Programa Educativo Individual.

Relativamente à turma do 6ºano existe uma aluna com necessidades educativas especiais, também esta dispõe de um Programa Educativo Especial.

**II Capítulo - Descrição do Processo da Prática de Ensino
Supervisionada**

2. Descrição do Processo da Prática de Ensino Supervisionada

2.1. Macro Contexto

Desde muito cedo percebi que o meu futuro profissional estaria ligado à área da Educação, não só por estar bastante ligada a esta área, mas também pela necessidade e curiosidade que sempre demonstrei em saber mais sobre o papel da Educação na sociedade e em particular no contexto escolar.

Desde que terminei a minha Licenciatura em professores de Ensino Básico variante Português e Francês, tentei alargar mais o meu conhecimento no que respeita a esta área. Por isso, sempre quis seguir a área do ensino, inscrevi-me no Mestrado em Ensino de 1º e 2º ciclo do Ensino Básico. O segundo motivo pelo qual quis frequentar este Mestrado deve-se ao facto de a aprendizagem constituir uma preparação para a vida. Tal como refere Reich (2001, *citado* por Hargreaves & Fink, p.54), “cada indivíduo deve ser preparado para agarrar as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, de modo a alargar os seus conhecimentos, competências e atitudes e para se adaptar a um mundo em mudança, complexo e interdependente”. Durante o primeiro ano do mestrado foi-nos dado a conhecer matérias importantes no que toca à pedagogia e ao Ensino. Todos estes ensinamentos fizeram com que adquirisse conhecimentos para aplicar, não só no estágio mas também no futuro da minha carreira docente. O Estágio pretende ser um meio para um aperfeiçoamento dos novos professores na relação ensino/aprendizagem, na intervenção na escola e na relação com o meio, facilitando a sua formação nos níveis científico, pedagógico, didático e relacional. Segundo Alarcão (1996); Caires & Almeida (1997); Pires (1998); Price (1987); Ryan *et al.* (1996); Veale (1989, *citado* por Caires & Almeida, 2000), a definição do estágio como uma experiência de formação estruturada e como um marco fundamental na formação e preparação dos alunos para a entrada no mundo profissional, tem sido uma noção largamente difundida entre os académicos, entidades empregadoras e os próprios estagiários.

O Estágio Pedagógico pode ser entendido como um processo mediante o qual os conhecimentos e experiências teórico-práticas são integrados na prática real da profissão docente. Realiza-se através da colaboração das Escolas Básicas e Secundárias com a Universidade. Esta prática real consiste no cumprimento e desenvolvimento de atividades a realizar na Escola e na Universidade, e sob a Supervisão dos orientadores e supervisores, como referem Ponte *et al.* (2000), “não basta ao professor conhecer teorias, perspectivas e resultados da investigação. Tem

de ser capaz de construir soluções adequadas, para os diversos aspetos da sua ação profissional, o que requer não só a capacidade de mobilização e articulação de conhecimentos teóricos, mas também a capacidade de lidar com situações práticas”. Considerando o estágio pedagógico como uma etapa extremamente importante na formação dos professores, e sendo o orientador e o supervisor um elemento fundamental deste processo, tal como afirma Ziechner (1993, p.17), “durante o percurso de qualquer professor estagiário é fundamental que estes sejam devidamente acompanhados e apoiados pelo seu orientador, cabendo a estes a tarefa de (...) ajudar os futuros professores a interiorizarem durante a sua formação, a disposição e a capacidade de estudarem a maneira como ensinam e de melhorar com o tempo, responsabilizando-se pelo seu próprio desenvolvimento”. Neste sentido, o papel dos supervisores é fundamental para ajudar os professores a compreender as situações, a saberem agir em situação e a sistematizarem o conhecimento que brota da interação entre a ação e o pensamento (Alarcão & Tavares, 2003) .Logo é indispensável analisar e refletir a forma como o Professor Supervisor contribui para o desenvolvimento do estagiário, como iremos aprofundar no ponto (2.4), deste capítulo.

2.2.Contexto legal

No que concerne à regulamentação legal, o Estágio Pedagógico considera as normas orientadoras presentes no Decreto-lei nº 74/2006 de 24 de março e o Decreto-lei nº 43/2007 de 22 de fevereiro.

A mais recente legislação (Decreto-Lei 43/2007) que transporta a formação pedagógica dos professores durante a profissionalização para o 2º ciclo de estudo universitários, o mestrado, vai no sentido de responder a estas recomendações visto que considera como obrigatória a frequência de uma unidade curricular de Investigação em Educação e obriga à elaboração de um relatório de estágio realizado com base em investigações desenvolvidas no âmbito da lecionação.

A escola vive, atualmente, um despertar renovado do fenómeno supervisiivo. Tal tem suscitado um novo interesse quer pelas alterações recentes na legislação que regula o Estatuto da Carreira

Docente (Decreto-Lei n.º 15/2007), a Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente (Decreto-Regulamentar n.º 2/2008) e a alteração ao Regime de Autonomia e Gestão das Escolas (Decreto-Lei n.º 75/2008) que colocam a ênfase nas funções supervisivas, nomeadamente ao nível das estruturas de gestão intermédia quer pela sua função social de instituição ao serviço do desenvolvimento e da formação dos cidadãos. Com efeito, e apesar de o conceito de supervisão estar, tradicionalmente, confinado à formação inicial de professores, este é um conceito transversal a vários domínios da atividade humana (política, economia, medicina, educação), visando a manutenção ou a melhoria da qualidade dos serviços, dos produtos, funcionando como uma espécie de trampolim para o desenvolvimento da instituição.

O Decreto-Lei nº15/2007 de 19 de janeiro e o Decreto Regulamentar nº2/2008 2 de 10 de janeiro espelha, claramente, o imperativo da mudança educativa, apostando na qualidade do desempenho dos docentes como desígnio basilar para o sucesso educativo e, simultaneamente, no desenvolvimento profissional do professor.

O Decreto-Lei nº 240/2001 e o Decreto Regulamentar nº2/2008 são explícitos neste âmbito, definindo claramente os perfis de competência do professor exigidos para o desempenho de funções docentes nas dimensões profissional e ética, de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, de participação na escola e de relação com a comunidade e de desenvolvimento profissional ao longo da vida, constituindo, deste modo, as dimensões e os respetivos parâmetros a concretizar na avaliação do desempenho do docente, conforme ilustramos no quadro que se segue.

Os perfis específicos de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário são os aprovados pelo Decreto-Lei nº 240/2001, de 30 de agosto, que considera quatro dimensões:

- Dimensão profissional, social e ética: o professor promove aprendizagens curriculares, fundamentando a sua prática profissional num saber específico resultante da produção e uso de diversos saberes integrados em função das ações concretas da mesma prática, social e eticamente situada;
- Dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem: o professor promove aprendizagens no âmbito de um currículo, no quadro de uma relação pedagógica de qualidade, integrando, com critérios de rigor científico e metodológico, conhecimentos das áreas que o fundamentam;
- Dimensão de participação na escola e de relação com a comunidade: o professor exerce a sua atividade profissional, de uma forma integrada, no âmbito das diferentes

dimensões da escola como instituição educativa e no contexto da comunidade em que esta se insere;

- Dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida: o professor incorpora a sua formação como elemento constitutivo da prática profissional, construindo-a a partir das necessidades e realizações que consciencializa, mediante a análise problematizada da sua prática pedagógica, a reflexão fundamentada sobre a construção da profissão e o recurso à investigação, em cooperação com outros profissionais.

Quadro 1 – Modelo, dimensões e parâmetros da avaliação e respetivos avaliadores

Modelo	Dimensões	Parâmetros
Perfil do professor	Vertente profissional e ética	Nível de assiduidade Serviço distribuído
	Desenvolvimento do ensino	Preparação e organização das atividades letivas Realização das atividades letivas Relação pedagógica com alunos Avaliação das aprendizagens dos alunos
	Participação na escola e relação com a comunidade escolar Desenvolvimento e formação ao longo da vida	Participação na vida do agrupamento Relação com a comunidade Dinamização de projetos Exercício de cargos e funções Melhoria nos resultados escolares e redução das taxas de abandono escolar Ações de formação contínua

2.3. Contexto Institucional

A nível institucional o Estágio Pedagógico é uma unidade curricular do segundo ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre e decorre no terceiro e quarto semestre do ciclo de estudos. Enquanto no primeiro e segundo semestres as unidades curriculares deste ciclo de

estudos estão direcionadas para o sistema de ensino na escola e para a arte de ensinar, o terceiro e quarto semestre são destinados para a prática pedagógica supervisionada, desempenhando o papel real de professor numa escola específica e numa turma concreta.

O desenvolvimento científico e tecnológico, que tem caracterizado a nossa atualidade, transformou a sociedade em que vivemos e, conseqüentemente, originou uma nova forma de ver a escola. O facto de nos encontrarmos atualmente num mundo em constante mudança e avanço levam-nos a refletir, não só na educação dos nossos alunos, bem como na formação daqueles que serão, no futuro, os professores de novos discentes, garantindo assim que estes tenham alicerces sólidos que lhes permitam acompanhar o ritmo de mudança. Mediante esta reflexão formar professores tem-se revelado uma tarefa árdua que conjuga as inúmeras facetas que entram em jogo no contexto educativo.

Ninguém nega, atualmente, a importância primordial da supervisão pedagógica na formação de profissionais ligados à docência. Segundo Simões (1996, p.132), “o estágio pedagógico de supervisão pedagógica assume uma importância fulcral, é aliás — indubitável que, no decurso da carreira poucos períodos se comparam a este em importância (constituindo) um período único e significativo na vida pessoal e profissional de qualquer professor”. Tal como afirmam Moreira *et al.* (2006, p.49) “ o Estágio pretende ser um meio para um aperfeiçoamento dos novos professores na relação ensino/aprendizagem, na intervenção na escola e na relação com o meio, facilitando a sua formação nos níveis científico, pedagógico, didático e relacional”. Estes autores referem que: As características do estágio pedagógico sustentam alguns dos critérios de qualidade da *investigação-ação* sendo eles:

1. O principal foco de atenção dos estagiários é a sala de aula e os processos ensino/aprendizagem, visando a exploração de modos de a melhorar, a curto prazo, o que vem ao encontro da natureza prática e situacional da *investigação-ação* e da sua orientação para a melhoria da ação educativa, ou seja, formar alunos e cidadãos mais críticos e autónomos;
2. O facto de os estagiários trabalharem em grupo, com apoio *supervisivo* na escola e na universidade, garante a participação e a colaboração, dado que aqueles assumem um papel ativo na construção do seu conhecimento profissional;
3. A natureza cíclica e flexível da metodologia da *investigação-ação*, que submete as teorias subjetivas dos participantes ao escrutínio colaborativo das evidências encontradas, articula investigação e ensino, teoria e prática, reflexão e ação, potenciando a autonomia e a emancipação dos professores, finalidade última do ano de estágio.

No final desta experiência, verifiquei mudanças na minha forma de pensar, fruto das interações contínuas durante o estágio: com os orientadores e supervisores, e com toda a comunidade educativa. Indubitavelmente, este estágio proporcionou-me a melhor oportunidade de colocar em prática todos os conhecimentos que tinha vindo a adquirir ao longo da minha formação e da minha experiência como Professora. Sabendo à partida que a prática e a vivência são fundamentais para evoluir e ser cada vez mais competente, encarei o estágio duma forma positiva e desafiadora, não só em termos de futuro como Professora, mas também em termos de personalidade e perfil independentemente da minha vida profissional. Portanto a Prática Pedagógica representa um instrumento essencial no contexto Institucional. Logo Paiva (2004), remete-nos para a inovação. Para tal, e segundo o mesmo autor, os professores devem, a partir da prática pedagógica, da interação com os pares e do conhecimento adquirido sobre a aprendizagem e o ensino na escola, produzir conhecimento profissional de base sobre o processo de ensinar. Gonçalves (2006 p.17) reforça a ideia quando diz que formar professores, hoje, é uma tarefa que não se compadece com o saber adquirido, mas que faz apelo à negociação produtiva entre o saber adquirido e o saber que se vai construindo.

Quando se pensa em formar professores, devemos pensar em formar profissionais competentes. Logo é necessário que o formando/estagiário, para além de todo o conhecimento académico que possui, seja capaz de fazer uma reflexão da sua teoria e prática, para conseguir detetar os erros e posteriormente os corrigir adquirindo assim novos saberes. No seguimento, Rodrigues (2001, p.9) faz referência à natureza da reflexão, diz que a reflexão não é natural e para se estimular, desenvolver, cimentar, requer dispositivos, estratégias e... formadores/mediadores capazes de perceber, não como modelos a imitar (...) capazes de ter uma atitude mais questionadora e reguladora e menos avaliativa do desempenho do jovem professor (...). Tendo em conta este pressuposto da reflexão, reconhece-se que nenhum formando se forma recorrendo apenas aos seus meios, logo são necessários dispositivos ou agentes, que funcionem como mediadores dos processos (*Idem*, 2001). O supervisor assume um papel fulcral, ele é o mediador para o formando conseguir realizar a reflexão. É importante que o orientador e o futuro professor/estagiário possuam características reflexivas, estas servirão para o presente e para o futuro. O supervisor/orientador de estágio será encarado como promotor de estratégias que irão desenvolver nos futuros professores o desejo de refletirem e, através da reflexão, a vontade de se desenvolverem em continuum (Amaral & Moreira, 1996, p. 91).

2.4. Contexto de natureza funcional

Ao nível de natureza funcional, importa salientar em primeiro lugar, que o Estágio Pedagógico remete o estagiário para a prática de todo um leque de funções que o atual professor desempenha, ou seja, o estagiário encena o papel de um verdadeiro professor. Assim, é essencial, para os estagiários, ter em consideração que a prática pedagógica não se resume apenas à leção das aulas, mas na responsabilização por toda a turma em geral e por cada aluno em particular. Ao fomento de todas as aprendizagens didáticas, acresce ainda ao professor ajudar o aluno na construção da sua identidade e da boa conduta e na ajuda da superação dos problemas.

A realização deste Estágio Pedagógico, com todos os seus objetivos e metas, foi-se revelando um enorme desafio que, sem dúvida, moldou o meu modo de ver o ensino, a escola e o aluno e a interação entre eles.

É neste momento que colocamos em prática todo o conhecimento e experiências adquiridas até então, principalmente pela faculdade, e a partir daí fazemos todos os ajustamentos necessários em função do contexto onde nos inserimos.

A planificação assume-se como a primeira tarefa do professor, onde é projetada a base de toda a sua atuação, com base na análise dos planos curriculares e do conhecimento do contexto cultural e social da escola onde se insere bem como dos alunos que serão alvo da sua leção.

Após a fase do planeamento e organização do processo de ensino, seguiu-se o momento de realização, onde é transportado para a prática o anteriormente planeado.

O Estágio Pedagógico decorreu, na Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, Cerdeira do Coa, sendo-me atribuídas, a turma de 5º A é formada, por (30) elementos, (19) do sexo feminino e (11) do sexo masculino, a turma da 6ª A é constituída por (19) elementos, (5) do sexo masculino e (14) do sexo feminino, que se constituiu o motivo do meu labor onde tentei fomentar a aprendizagem dia a dia, num clima positivo e motivante.

A orientação de toda esta prática, assegurada pela supervisão do orientador na disciplina de Matemática com o Professores Cooperante: Filipe Soares e o Professor Supervisor o professor Pedro Tadeu na turma do 6º A; Na disciplina de História e Geografia de Portugal coma Professora Cooperante Maria José Matos e com a professora Supervisora Ana Lopes na turma do 6º Ano da turma A). Na disciplina de Ciências da Natureza com a Professora Supervisora Maria do Carmo e a Professora supervisora Rosa Branca na turma de 5º Ano.

Estas orientações são importantes, onde posso ter presente as suas experiências, para tornar esta prática mais reflexiva e orientada, fundamental para evoluir enquanto professora. Os autores Alarcão & Tavares (1987) entendem o supervisor como a figura mediadora na interação dos

sujeitos com o saber e a experiência num processo colaborativo de desenvolvimento e de aprendizagem orientado para o aperfeiçoamento da prática pedagógica do professor.

O orientador é aquele que observa a prática de um professor estagiário e intervém criticamente, pensando transformar o conhecimento empírico em conhecimento profissional validado pela sistematização reflexiva. Esta constitui um processo eficaz, possibilitando a reformulação constante da sua atuação e, por conseguinte, a melhoria das práticas pedagógicas, com vista ao sucesso dos alunos. Durante o percurso de qualquer professor estagiário é fundamental que estes sejam devidamente acompanhados e apoiados pelo seu orientador, cabendo a estes a tarefa de ajudar os futuros professores a interiorizarem durante a sua formação, a disposição e a capacidade de estudarem a maneira como ensinam e de melhorar com o tempo, responsabilizando-se pelo seu próprio desenvolvimento (Zeichner, 1993, p. 17). Neste sentido, o papel dos supervisores é fundamental para ajudar os professores a compreender as situações, a saberem agir em situação e a sistematizarem o conhecimento que brota da interação entre a ação e o pensamento (Alarcão & Tavares, 2003, p. 35).

Com este estágio, adquiri novas competências que apenas a prática permite alcançar, e desenvolver aquelas questões práticas que mais se relacionam com a teoria. No que respeita aos objetivos específicos que pretendia atingir:

- Adquiri conhecimentos no âmbito do processo ensino-aprendizagem;
- Adquiri conhecimentos no âmbito do planeamento das aulas;
- Aperfeiçoei a transmissão dos conhecimentos teóricos e práticos;
- Alcancei uma maior confiança no que diz respeito ao processo de avaliação;
- Aprimorei as matérias que não dominava com tanta clareza;
- Ganhei competências a nível relacional, tanto com os alunos como com os professores.

Para conseguir concretizar todos estes objetivos foi necessária uma grande cooperação entre o estagiário e os Professores cooperantes.

No entanto, como a globalidade dos objetivos anteriormente definidos vão ao encontro das várias dimensões da aula em si, tive necessidade de, posteriormente, e mediante a minha evolução e desenvolvimento, definir outros objetivos que se tornaram igualmente fundamentais para esta formação, como conhecer o meio escolar; caracterizar a escola e a turma; promover e desenvolver uma boa relação com toda a comunidade escolar; colaborar nas atividades desenvolvidas quer pelo Conselho Pedagógico, quer pelo Conselho de Turma. Ao nível do Planeamento, definir metodologias e estratégias de intervenção pedagógica indo ao encontro das

reais necessidades dos alunos; definir estratégias de diferenciação pedagógica, ajustadas ao nível de aprendizagem em que os alunos se encontram e construir instrumentos de avaliação e várias estratégias que me facilitem e auxiliem na recolha dos dados da avaliação Diagnóstica, Formativa e Sumativa;

Perspetivando um maior enriquecimento ao nível da minha intervenção pedagógica na escola e na comunidade escolar, estes objetivos foram igualmente importantes na orientação do meu percurso pedagógico durante o ano letivo.

2.5. Reflexão: Auto e Hetero – Avaliação

O estágio foi e será sempre um marco na minha vida profissional e pessoal, foi um caminho longo, com várias dificuldades que tivemos de ultrapassar, mas hoje reconheço que foi graças a essas mesmas dificuldades que nos sinto preparados para encarar o futuro com grande otimismo e profissionalismo.

Considerámos o Estágio Pedagógico de extrema importância. Os conteúdos das disciplinas pedagógicas, as didáticas específicas, as metodologias de ensino, o trabalho cooperativo entre estagiários e o apoio dos Professores Cooperantes e a disponibilidade dos Professores Supervisores mostrando-se sempre solícitos e disponíveis para ajudar, tiveram um papel muito importante na minha formação de docente.

No que concerne ao meu desempenho como Professora Estagiária de Ciências da Natureza, aprendi que o ensino e aprendizagem das ciências podem decorrer em diferentes espaços: sala de aula, laboratório ou campo. As atividades de sala de aula e de laboratório, ainda que indispensáveis, nem sempre são suficientes. A complexidade espaço-temporal onde ocorrem alguns fenómenos ou conceitos dificultam a sua compreensão em sala de aula. O ensino ou trabalho de campo realiza-se em contexto ambiental natural, trata-se de situações reais. O trabalho de campo deve constituir uma prática regular e não uma atividade esporádica, deve corresponder sempre aos interesses dos alunos, ao refletir um problema, um facto significativo da vida quotidiana ou uma situação de impacto social. Segundo Cavaco (1995, p.17), o trabalho de campo é uma atividade intencional e por isso “*prepara-se, programa-se e concretiza-se*” de forma a ter sempre em vista a necessidade de uma formação participada e globalizante por parte

dos alunos. Esta preparação pressupõe por parte do professor um estudo aprofundado do meio a partir do qual vai trabalhar. Após uma preparação criteriosa da aula, posso afirmar que o resultado final muito foi positivo. A preparação para uma saída de campo com alunos do 5º ano de escolaridade não é de todo fácil, tratando-se de uma turma de 29 alunos. Contudo tive a preciosa ajuda da Professora Cooperante Maria do Carmo, que realiza frequentemente saídas de campo. O Trabalho de Campo constitui um espaço aberto e atraente que ao facilitar a observação direta da Natureza desperta nos alunos a curiosidade e a possibilidade de participar ativamente. Todos estes fatores contribuem para que os alunos atingissem os objetivos propostos. Participaram ativamente nas atividades, havendo sempre um diálogo construtivo entre professora/alunos; alunos/professora; e alunos/alunos. Aprendi que o trabalho desenvolvido em contexto de sala de aula, torna-se menos atrativo ao contrário do trabalho desenvolvido fora dos portões da escola. Estas saídas contribuem para a melhoria das aprendizagens das ciências, para a alteração dos conhecimentos, das competências, das atitudes e dos valores face aos valores da cidadania. Contribuem ainda para motivar os docentes na renovação das suas práticas, valorizando a aprendizagem pela ação/trabalho de campo. Relativamente ao meu desempenho como Professora Estagiária de matemática tive sempre em conta a comunicação na aula de Matemática, pois esta assume, ainda, uma importância suplementar uma vez que esta disciplina dispõe de uma linguagem própria, permitindo comunicar ideias com precisão, clareza e economia. Esta perspetiva está também presente nos programas portugueses de Matemática do 2º Ciclo do Ensino Básico: que destaca a comunicação matemática como uma importante capacidade transversal a toda a aprendizagem da Matemática, juntamente com a Resolução de Problemas e o Raciocínio Matemático, realçando que “os alunos devem ser capazes de comunicar as suas ideias e interpretar as ideias dos outros, organizando e clarificando o seu pensamento matemático” (DGIDC, 2007, p. 5). Ou seja, os alunos devem ser capazes de interpretar enunciados apresentados de forma oral ou escrita, expressar ideias usando uma linguagem matemática precisa, descrever e explicar estratégias e processos utilizados nas suas produções, argumentar e discutir argumentações apresentadas por outros (DGIDC, 2007). Neste contexto, coube-me a mim como professora estagiária: Comunicar com rigor e clareza; dar tempo suficiente para o aluno raciocinar; Ouvir as ideias dos outros; colocar em discussão essas ideias e validá-las coletivamente; dar a devida relevância às conclusões a tirar. De acordo com Wood, Cobb e Yackel (1991), os momentos na sala de aula que fomentam a colaboração entre pares, bem como a discussão alargada a toda a turma, possibilitam aos alunos o envolvimento num tipo de discurso em que os seus significados pessoais ficam sujeitos ao questionamento dos colegas, havendo um espaço de negociação dos diferentes significados individuais até se chegar a um consenso. De acordo com Veia (1996), a

atuação do professor durante a discussão pode ajudar a inculcar nos alunos o respeito por saber ouvir os outros, estabelecendo com eles regras de funcionamento, dispensando tempo suficiente para ouvir as suas ideias e encorajando-os a pensar em questões a colocar quando ouvem os seus colegas. Para que tal seja possível, cabe ao professor ser capaz de efetuar uma seleção adequada das tarefas a propor aos seus alunos, bem como o ser capaz de gerir os distintos momentos da aula de Matemática. Tomando em conta as afirmações dos autores acima descritos, utilizei diversas vezes o quadro da sala de aula como forma de correção de exercícios, havendo dessa forma “*discussão alargada a toda a turma*”.

No que se refere ao meu desempenho de Professora Estagiária de História e Geografia de Portugal, os professores não podem ficar inertes aos avanços tecnológicos. Devem compreender que a forma tradicional de ensino não mais surte efeito ou gera efeito contrário. O grande desafio hoje, para nós professores, num mundo, em crise força-nos a desafios cada vez maiores. Ensinar História e Geografia não é tarefa fácil. Ao longo da minha Prática Pedagógica Supervisionada (PES), de História e Geografia de Portugal deparei-me com alguns obstáculos: principalmente no material a utilizar de forma a “cativar” os alunos. Contudo tentei proporcionar aos alunos um ensino de qualidade e inovador, planeando as aulas de forma coerente e organizada.

Ao longo da PES, fui diversificando as estratégias / atividades de aprendizagem, com a preciosa ajuda da Cooperante. Posso afirmar que no fim de cada aula os alunos atingiram os objetivos propostos.

Esta experiência foi muito enriquecedora, tanto a nível de conhecimentos como afetivo. Aprendi muito, com Professores, cheios de experiências e vivências no meio escolar. Em suma, estas vivências profissionais proporcionam conhecimentos aos professores que não podem ser adquiridos (ou ensinados) nas instituições de formação, mas sim elaborados, em contextos reais, pelos próprios professores num processo de reflexão colaborativo.

Relativamente, à avaliação a que fomos sujeitos não foi a mais assertiva. Deveria compreender um processo contínuo que enfatiza-se a evolução e o crescimento pessoal no decorrer do ano letivo, resultado do acumular de experiências. Deveria, igualmente, equacionar o desenvolvimento das atividades a que cada estagiário se propôs e ter em conta os projetos desenvolvidos dentro e fora das nossas aulas. Assim, considero que a apreciação do Professor Cooperante, que nos acompanhou na escola no nosso dia a dia observou o desempenho do estagiário, deveria ser o fator mais relevante a ter em conta na nossa avaliação global.

III Capítulo - Aprofundamento do Problema

1. Aprofundamento do Problema

Nota preliminar

O objetivo deste trabalho é analisar as atitudes e comportamentos que alunos desta instituição particular evidenciam nos intervalos letivos e na sala de aulas. Esta investigação justifica-se, em primeiro lugar, pelo interesse pessoal pelo tema, em segundo lugar pelo fato de ter sido professora Estagiária da escola Regional Dr. Dinis da Fonseca onde foi realizado o estudo empírico, na qual se valoriza muito mais o saber ser e saber estar, nomeadamente os comportamentos, atitudes e valores na sala de aula do que propriamente o saber fazer, cuja avaliação versa sobre conhecimentos científicos que os alunos têm que apreender, compreender e aplicar. Desta forma, a motivação para este estudo prende-se essencialmente com a compreensão desta problemática que assola as nossas escolas e formas de resolução destes problemas para que se proporcione um melhor ambiente e qualidade na escola, para que todos se sintam melhor na comunidade educativa.

A escolha do tema surgiu da preocupação cada vez mais acentuada relativamente aos comportamentos evidenciados pelos alunos nas nossas escolas. O que estará por trás destes comportamentos e atitudes de falta de valores que desestabilizam a aprendizagem em sala de aula que interferem e prejudicam o processo ensino/aprendizagem. A motivação para este estudo prende-se essencialmente com a compreensão desta problemática que assola as nossas escolas e deve-se à minha participação como professora Estagiária, na escola onde foi realizado o estudo empírico, na qual se valoriza muito mais o saber ser e saber estar, nomeadamente os comportamentos, atitudes e valores na sala de aula do que propriamente o saber fazer.

Tentaremos dar resposta à seguinte questão:

- Que atitudes e comportamentos evidenciam os alunos desta instituição , nos intervalos e em sala de aula?

2. Revisão da literatura

2.1. Conceito de Valores

Atualmente, um dos grandes desafios para nós educadores é enfrentar os comportamentos e atitudes dos alunos nas salas de aula.

Os professores, na ânsia de cumprirem o seu papel de educadores, defrontam-se com problemas em ensinar aos alunos: que fazem barulho, que falam alto sem parar, que gritam, que são inquietos, que contestam, que não se interessam em aprender os conteúdos escolares, que são descomprometidos com o horário das aulas e com a realização das atividades solicitadas, que vivem “desligados”, enfim, que rejeitam o que a escola e o professor têm a oferecer.

Diariamente deparamo-nos com professores desestimulados, que se queixam de alunos, que dificultam tanto o relacionamento professor-aluno, quanto o processo ensino aprendizagem, gerando comportamentos e atitudes desapropriadas.

Um dos problemas que enfrentamos no nosso cotidiano escolar é a falta de valores dos alunos nas salas de aula e nos recreios.

Mas afinal o que são os valores?

Segundo Rocher (1971), valor é uma maneira de ser ou agir que uma pessoa ou coletividade reconhecem como sendo ideal e que faz com que os seres ou as condutas representadas aos quais é atribuído sejam desejáveis ou mesmo estimáveis. Então, valor apresenta-se como um ideal que solicita a adesão e o respeito e que se manifesta nas coisas ou nas condutas que o exprimem de maneira concreta ou simbólica. Um valor é algo que numa dada cultura se considera ideal ou desejável. Estes concretizam-se por intermédio de regras e normas de conduta que condicionam os comportamentos. Os valores atribuem significado e orientam os seres humanos na sua interação com o mundo social. As normas são as regras de comportamento que refletem ou incorporam valores de uma cultura. As normas e os valores determinam entre si a forma como os membros de uma determinada cultura se comportam (Ferreira & P, 1999). A orientação do ser humano para os valores, pela sua própria natureza não é controversa nem carece de justificação. Por exemplo, sem a ideia de justiça a vida comum das pessoas não poderia ser ordenada com uma justificação suficiente da igualdade e da desigualdade. Também sem a ideia de liberdade não se poderia impor um limite às forças

instintivas das pessoas. E ainda sem a ideia de solidariedade a desigualdade de oportunidades não poderia ser compensada, nem garantida a dignidade humana. Enquanto ser racional e social limitado, o ser humano, nas suas orientações de valor, existe sempre de tal modo que, ao conceito formal correspondem, ao mesmo tempo, representações materiais (Vidal & M, 1996).

2.1.1. Desenvolvimento dos valores nos jovens na sociedade atual

Os adolescentes veem-se hoje em dia confrontados com uma sociedade em permanente mudança, em que princípios, valores e objetivos de vida são cada vez menos visíveis. Vemos então uma sociedade com imensas solicitações para os jovens que muitas vezes os desviam do que deveria ser o essencial na sua vida - referimo-nos, nomeadamente ao consumo de substâncias, algumas ilícitas. Também no decorrer desta sociedade mais tolerante e permissiva, têm surgido problemas mais graves, como por exemplo: delinquência juvenil, doenças graves e crónicas, psicoses, suicídio, violência contra crianças, acidentes vários, movimentos de alienação cultural, gravidez na adolescência, preferindo-se tudo o que é efêmero, motivados por uma sociedade que muitas vezes transmite contra-valores aos jovens sendo que, este problema começa cada vez mais, no seio familiar (Silva & A, 2004) .

2.2. *Conceito de atitudes e comportamentos*

O estudo das atitudes há muito ocupa os psicólogos, tendo em vista este construto relacionar-se diretamente com o comportamento, objeto último do seu interesse. Rodrigues (1994) define as atitudes como um conjunto das crenças, sentimentos e tendências comportamentais das pessoas frente a um determinado objeto. Em certa medida, elas determinam como as pessoas tomam uma posição frente aos outros, a algum acontecimento ou objeto específico. Segundo Myers (2000), as atitudes constituem um meio eficiente de avaliar o mundo, pois abrangem três

dimensões: afeto (sentimentos), cognição (pensamentos) e comportamento (intenção), constituindo-se poderosas preditoras do comportamento.

Tem que se reconhecer que os comportamentos disruptivos dos alunos nas escolas, não podem ser atribuídos a eles próprios ou a algum grau de deficiência evidenciada, mas a várias circunstâncias em que, professores, clima escolar, família, as outras crianças, o currículo e eventualmente problemas físicos e psicológicos são fatores que contribuem para esse comportamento dos alunos. Tem que se enfrentar a situação e para isso, há que identificar bem as razões e causas precisas destes comportamentos. Fontana (1996) refere algumas destas causas que nos fazem compreender melhor este fenómeno escolar. Uma das causas a referenciar, reporta-se à situação do aluno se sentir negligenciado ou ignorado pelo professor ou pelos colegas, tendo a necessidade de chamar a atenção sobre si próprio; outra causa a não ignorar prende-se com o facto de o aluno revelar pouco interesse por algumas atividades letivas denotando desmotivação e conseqüente comportamento desadequado, em detrimento daquele aluno cuja atenção é captada pelo professor; outra das causas aventadas é o insucesso do aluno em várias áreas disciplinares, rejeitando conseqüentemente tudo o que a escola tem para oferecer, sentindo-se desmotivado, vendo-se como academicamente inadequado, fazendo baixar a sua autoestima; podemos ainda referir outra causa que se prende com a deficitária relação pedagógica estabelecida entre professor e aluno gerando conflitos por falta de diálogo aberto e esclarecedor; outra causa que podemos enumerar passa pela aceitação ou não no grupo social com a necessidade de adaptação às normas do grupo para serem aceites; testar os limites dos agentes da educação também constitui uma causa do mau comportamento. Os alunos têm uma curiosidade inata por descobrir o que é que é permitido e o que não é permitido por cada professor e estes, por sua vez têm que saber interpretar estas atitudes dos alunos e saber impor os limites adequados ao bom funcionamento da sala de aula desde o início; haver personalidades diferentes entre professores e alunos também contribui para a indisciplina (Fernandes, 1996). Todas as causas elencadas anteriormente podem levar os alunos a terem comportamentos inadequados na sala de aula e os mais comuns são: os alunos interromperem o professor; conversas com os colegas; levantar-se do lugar sem pretexto ou autorização; não cooperar nas tarefas; distraem-se facilmente; falta de pontualidade; não se munirem do material escolar; serem mal-educados, exprimindo-se inconvenientemente, dizendo palavrões e insultando colegas e professores (*Idem*, 1996). Todos estes comportamentos têm que levar a ações que promovam o bom funcionamento da aula, passando por sanções e penalizações de acordo com a gravidade do problema (Fernandes, 1996). De realçar ainda, uma componente importante relativamente às causas de disrupção que se prende com a desmotivação dos alunos para a aprendizagem, como supra referido e que constitui, segundo Jesus (2004), uma das

principais preocupações de professores e Encarregados de Educação. De referir que, segundo este autor, os pais queixam-se cada vez mais do baixo valor atribuído à escola pelos seus educandos. Também os alunos reconhecem que, a sua motivação para as tarefas letivas, influencia os seus resultados escolares. Também os professores mostram-se preocupados com a falta de interesse dos alunos em relação às atividades escolares, o que vai repercutir-se no baixo rendimento escolar e aparecimento dos comportamentos de indisciplina (*Idem*, 2004). Os alunos desmotivados adotam uma postura passiva, evitando desafios, desistindo facilmente, não diversificam as estratégias e mostram-se aborrecidos, deprimidos e ansiosos (Lemos, 2005). A motivação deve ser então um processo em que o aluno encontre motivos para aprender, para se aperfeiçoar, para descobrir ou rentabilizar capacidades (Balacho, 1994). Quando nos queremos referir ao comportamento, e de acordo com as teorias behavioristas, temos que ter em conta a análise das exteriorizações relacionais dos sujeitos na sua globalidade quer nas suas atitudes encaradas como normais quer nas que se revestem de características patológicas. Neste sentido, o comportamento escolar disruptivo é o que prejudica a aprendizagem dos alunos, ou a eficácia do ambiente de ensino. Os alunos disruptivos são alunos indisciplinados que não acatam regras. Assim, o conceito de comportamento escolar disruptivo é o que se opõe às regras escolares, deteriorando o ambiente de ensino, da comunidade educativa (Lourenço, 2004). No dizer de Bolsoni-Silva (2003), o termo “problema de comportamento” é ambíguo e possui distintas definições e classificações muitas vezes sem limites claros para alguns tipos de problemas de comportamento. Podemos também definir comportamento problemático como qualquer comportamento exibido pelos alunos, percecionado pelos professores como impeditivo do bom funcionamento da aula, nomeadamente das aprendizagens que devem realizar-se com ordem em contexto de sala de aula (Lopes, 2003). Daqui decorre uma ligação entre práticas educativas, escolares e familiares, e problemas de comportamento, na medida em que muitas vezes a família promove certos tipos de comportamentos que surgem por causa de uma disciplina inconsistente, pouca interação positiva, pouco acompanhamento e deficiente supervisão das atividades do indivíduo (Bolsoni-Silva, 2003).

2.3. A importância da família na transmissão de valores

A família, desde os tempos mais antigos, corresponde a um grupo social que exerce marcada influência sobre a vida das pessoas, sendo encarada como um grupo com uma organização complexa, inserido em um contexto social mais amplo com o qual mantém constante interação (Alves-Biasoli, 2004). Tal como afirmam Schencker & Minayo (2003), pode-se dizer, assim, que esta instituição é responsável pelo processo de socialização primária das crianças e dos adolescentes. O grupo familiar tem um papel fundamental na constituição dos indivíduos, sendo importante na determinação e na organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual através das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar (Drummond & Drummond Filho, 1998). As famílias fazem parte dessa realidade e são, talvez, a principal responsável pelas atitudes e comportamentos dos seus educandos. Mariana Cascais (2005 p.27), num encontro organizado pelo Conselho Nacional de Educação, afirma que hoje em dia as famílias têm de sobreviver, agindo de acordo com as oportunidades que se lhes apresentam: “Não venho aqui para falar de famílias desestruturadas, nem sei se há famílias desestruturadas; julgo que há é realidades cada vez mais complexas, realidades com o caminho cada vez mais dificultado, e realidades que cada vez tendem a adaptar-se àquilo que são as suas possibilidades de sobreviver. Tanto a variabilidade histórica como a cultural estão fortemente ligadas àquilo que a definição de família considera ou não considera. A indeterminação do termo demonstra a complexidade de dimensões e de relações contidas no circuito da família, dependendo do tipo de discursos das tradições étnicas e culturais, morais, das políticas sociais, legais, religiosas e da tradição de cada família e de cada sujeito. A família é vista como a união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem e uma mulher e de seus filhos (Levi-Strauss *citado* por Rodrigues, 1997 p.556).

A família atual é uma instituição que resiste e continua eficiente, possui novos papéis, configurações e estabelece com a sociedade novas relações, que à luz da evolução da estrutura social, podem ser analisadas. A família é um espaço simbólico e histórico, em que ocorre a divisão do trabalho, das competências, dos espaços, dos valores e dos destinos pessoais do homem e da mulher, apesar de, nas diversas sociedades, isso assumir várias formas. Esta é um grupo primário e natural que se apresenta como o núcleo de toda a organização social. Ao longo do desenvolvimento do indivíduo, é possível constatar que o seu papel na família vai sofrendo alterações. Nos primeiros anos da existência da criança é importante que a família seja um meio acolhedor capaz de lhe proporcionar segurança e que lhe responda a todas as exigências sócio-emocionais. O aparecimento de condutas desviantes nas crianças é muitas vezes devido à ausência de família ou à pertença a uma família desequilibrada. Quando a família é

proporcionadora de relações estáveis, de trabalho e de vida em comunidade, as crianças têm mais possibilidades de se adaptarem às normas estabelecidas na sociedade e de se tornarem mais sociáveis. Logo, é possível verificar dois tipos de imagens contemporâneas na família, ou seja, a família como lugar de afetividade, intimidade, solidariedade e de privacidade, ou a família como lugar de agressão, egoísmo, crueldade e violência. A forma do Homem se organizar em família está relacionada com as características da humanidade e com a sua forma estrutural solidária e social. A forma de se organizar em conjunto é devida à necessidade de se sentir amado e de amar, possuindo estabilidade a nível físico e espiritual. É possível verificar que em certas partes do globo, a família tradicional está a desaparecer, pois esta instituição está a sofrer alterações e a ser prejudicada pela evolução tecnológica e sócio-económica. Como afirma Rodrigues (1997 p.557), “todos nós somos criaturas sociais que apresentamos necessidades, como o viver, o trabalhar e o relacionar com diversos grupos sociais. Mas estas necessidades não se completam se não existir estima e apoio emocional no interior do primeiro grupo social que é a família. A estrutura social tem como célula de base a família, sendo considerada como a chave de construção da sociedade e reproduz um conjunto sistémico e coeso de valores. Reflete a estrutura económica, o comportamento psicológico. A família determina as nossas primeiras relações sociais, assim como os contextos onde ocorre a maior parte das aprendizagens iniciais que efetuamos, acerca das pessoas, situações e capacidades individuais. Lugar onde principalmente as pessoas se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico no qual e a partir do qual, se processa a transmissão das competências, dos valores e dos destinos pessoais de cada membro que a integra. É na família: “que a criança encontra a humanidade e a cultura,” sendo nela que “a qualidade do meio familiar age como um «alimentador» e um organizador das possibilidades psíquicas da criança” (Osterrieth, P., 1975 p.36). A atmosfera emocional da família, a forma como os pais preparam e ensinam os filhos, as oportunidades e as dificuldades que a vida familiar coloca ao desenvolvimento normal, são fatores que estão presentes desde o nascimento e que continuam a exercer a sua influência, direta ou indiretamente, ao longo da vida. À família, mais do que a qualquer outra instituição, está conferida uma capacidade muito específica de intervenção na formação do indivíduo. A instituição familiar é também a instituição por excelência que garante o perpetuar do património cultural transmitido de geração em geração, fator que imprime à instituição familiar uma certa dimensão histórica e cultural. Sabemos que é na família que o indivíduo inicia o seu processo de socialização, mas não podemos esquecer que a escola constitui uma etapa fulcral na aquisição das vivências do homem atual. É, assim, indispensável a construção de formas de interação "onde estejam claramente delimitados os limites, a complementaridade e as funções de cada um" (D'orey, I., 1993, p.21). A estrutura familiar revela-se por vezes ser uma grande influência

nos comportamentos dos alunos nos nossos estabelecimentos de ensino. Podemos referir o distúrbio de oposição que tem como característica essencial um padrão de humor ou temperamento negativo, conjugado com um padrão aprendido de oposição a outrem, típico das famílias de tipo permissivo ou negligente. Este padrão está intimamente relacionado a uma determinada estrutura familiar, em que existem grandes dificuldades de imposição da disciplina e falta de envolvimento parental nas atividades dos filhos. De acordo com Lopes (2003), é de considerar ainda, que pais deprimidos ou com tendência a depressões constantes têm uma maior probabilidade de ter filhos com comportamentos de oposição e desafio, eventualmente por falta de energia e disponibilidade para o devido exigido envolvimento com os filhos. Esta situação pode despoletar outros problemas que lhe são inerentes, com acrescida carência dos filhos e falta de atenção por parte dos pais, que faz desencadear estes comportamentos menos correctos sobretudo nos adolescentes, fase da vida em que o envolvimento parental a todos os níveis é essencial. Verifica-se ainda nestas famílias que existe grande propensão para conflitos conjugais, problemas emocionais e nível socioeconómico mais baixo do que nas crianças ditas e diagnosticadas hiperativas e com défice de atenção. Considera-se que a não cedência e a oposição são o resultado dos processos sociais que se desenvolvem no seio das famílias em que os pais não são capazes de evitar a desobediência às suas ordens e consequentemente, se mostram incapazes de as fazer cumprir. A reincidência destas atitudes permissivas e tolerantes dos pais tem como consequência o despertar destes comportamentos de oposição nos seus filhos, levando-os a agir de forma incorreta quer na sala de aula e até mesmo no espaço escola. (*Idem*, 2003). No que diz respeito aos comportamentos desfavoráveis evidenciados pelos alunos, em muito influenciam as características parentais que vêm a afetar negativamente a capacidade da família para lidar com a sua prole. Assim, no que concerne aos pais, são normalmente considerados fatores adversos os seguintes: baixos níveis educativos, doenças do foro psiquiátrico, abuso de substâncias ilícitas e criminalidade, conflitos conjugais, violência doméstica, pobreza e fracas condições de habitação. De realçar ainda, a forma como reagem a situações críticas da vida como por exemplo, perda de emprego, divórcio, falta de recursos financeiros para fazer face às despesas prementes do dia a dia (Lopes, 2003; Fernandes, 1994). Deste conjunto de fatores, realçam-se os mais desfavoráveis, o nível socioeconómico baixo, as famílias monoparentais, estados depressivos e de stress e os conflitos conjugais que muitas vezes chegam à agressão física. Em muitas famílias estes fatores ocorrem simultaneamente e muitos deles podemos associá-los à pobreza e condições de vida degradantes (Lopes, 2003).

Os problemas que vão surgindo na família podem ser a causa e contribuir para o desenvolvimento de problemas de comportamento da infância e depois na adolescência, nomeadamente indisciplina e agressividade. Entre esses fatores contam-se: as características

parentais (níveis educativos baixos, doenças psiquiátricas, abuso de álcool e outras drogas, criminalidade), o funcionamento da família (infelicidade conjugal, violência familiar), as condições de vida (pobreza, habitação degradada, sobrelotação da habitação) ou ainda as reações da família a acontecimentos negativos como o divórcio ou a perda de emprego. Embora todos estes fatores apareçam frequentemente associados a problemas de comportamento na infância, os de maior risco parecem ser o estatuto sócio-económico baixo, família monoparental, depressão e stress materno e a exposição das crianças a conflitos e agressões conjugais (Lopes, 1988). Segundo Weber (2004), a disciplina não é imposta só pelo controlo mas vai abranger as responsabilidades pelas atividades do adolescente incluindo principal empenho no aspeto emocional dado à educação parental. Os comportamentos específicos dos pais podem ter consequências no desenvolvimento dos filhos. Darling e Steinberg (1993, citado por Weber, 2003), são de opinião que estilo parental se insere num contexto em que os pais influenciam os seus filhos através das suas práticas de acordo com suas crenças e valores, indo além da combinação entre exigência e responsividade. Estes autores diferenciam com clareza “estilo” parental e “práticas” parentais, que correspondem a comportamentos definidos por conteúdos específicos e são estratégias usadas para suprimir comportamentos considerados inadequados ou incentivar a ocorrência de comportamentos adequados; estilos são o conjunto de atitudes dos pais, são manifestações deles para com os filhos e que caracterizam a natureza da interação entre eles, (*Idem*, 2003).

2.4. A importância da sociedade na transmissão de atitudes e valores

Sabe-se que o comportamento dos alunos está diretamente ligado ao meio em que vive. Quase sempre as relações sociais exercem grandes influências sobre as suas atitudes. Conclui-se então que, o processo de socialização é o ponto de partida para as mudanças de atitudes. A socialização é um processo dinâmico, necessário para o desenvolvimento, através do qual a criança satisfaz as suas necessidades e assimila a cultura, ao mesmo tempo que, reciprocamente, a sociedade se perpetua e desenvolve. Este processo inicia-se com o nascimento e, embora sujeito a mudanças, permanece ao longo da vida. O indivíduo passa por um processo de maturação dentro da sua própria cultura, através do qual aprende um conjunto de papéis e

comportamentos sociais, normas e códigos de valores, que lhe permitem tornar-se um ser social. Este processo chama-se socialização e executa duas funções muito importantes, por um lado prepara o indivíduo para os papéis que irá desempenhar, fornecendo-lhe o repertório necessário de hábitos, crenças e valores, padrões de reação emocional e modos de percepção, bem como habilidades e conhecimentos requeridos. Por outro lado, é veículo de transmissão de cultura entre gerações, no sentido da sua persistência e continuidade (Musgrave, 1979, p.46).

2.5. A importância da Escola na transmissão de atitudes e valores

Há muito que a educação formal vem sendo praticada com uma única preocupação: o conhecimento. Na escola ensina-se tudo o que está relacionado ao conhecimento, à instrução. É lá que os alunos vão aprender as regras gramaticais, as operações matemáticas, os acontecimentos históricos, os elementos químicos, as leis físicas, etc.; A educação escolar efetivamente é formal. Dela o aluno pode sair como uma verdadeira enciclopédia, com informações sobre quase tudo. Quase tudo, pois a questão central do processo educativo do ponto de vista pedagógico, a formação do ser humano, termina por ficar esquecida num canto qualquer da sala de aula. A dicotomia existente entre conhecimento e vida salta aos olhos. O que se aprende na escola parece não relacionar-se com o vivido: o que é pior, o aluno, esta criança que tem na escola um dos seus primeiros passos de socialização, passa por esta instituição parte de sua vida e com raras exceções recebe uma formação que vise o seu desenvolvimento enquanto pessoa e cidadão. Não é que a escola deva descuidar-se da transmissão do conhecimento. É que o conhecimento é apenas uma parte e não o todo da formação humana. Tal como afirma Cadeira (2007), “Muitos alunos encontram na escola a satisfação das necessidades afetivas básicas, cuja insatisfação leva à procura de gangues, necessidades tais como a de aceitação, pertença, segurança, companheirismo”. A escola cada vez tem uma maior importância na vida dos seus alunos. Em casa, muitos deles, não têm o apoio que deviam ter, passando por situações complexas que se refletem depois nos seus comportamentos e atitudes nas salas de aula. A educação passa assim por muito mais do que ensinar os conteúdos disciplinares. Torna-se necessário, ensinar a conhecer, ensinar a fazer, ensinar a viver juntos, ensinar a ser, “a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, espírito e

corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade” (Delors, 1996, p.85). À escola compete educar, instruir e socializar, funções de guardar, enquadramento e inserção profissional e prevenção da marginalização, “quando as questões básicas, no que respeita à satisfação de necessidades de bem-estar físico e psicológico das crianças não estão resolvidas a escola encontra-se impossibilitada de desempenhar as suas funções educativas” (Canário, 2002, p.2).

2.6. Deveres e Regras na Escola

Hoje somos confrontados com atitudes de apatia, de indiferença e a substituição do princípio da sedução ao da convicção. É evidente que a desagregação da sociedade, dos costumes, do indivíduo contemporâneo, da época do consumo de massa, a emergência de um modo de socialização e de individualização inédito, em rutura com o instituído desde os séculos XVII e XVIII, terão dado o seu contributo, para esta sociedade desenraizada de princípios e valores, considerados fundamentais para a vivência em sociedade. Assim, parece-me que a Escola, sendo a principal instituição complementar da família considero que a ela cabe uma educação que não se restringe ao ensino de conteúdos programáticos, mas engloba uma educação para os valores em que o respeito pelo outro, pela diferença e a tolerância e solidariedade são essenciais. Nas escolas, existe todo um sistema de regras que contribuem para determinar o comportamento das crianças e o conjunto desses deveres constitui aquilo a que se chama disciplina escolar. Diversas correntes pedagógicas afirmam que a disciplina é um meio que visa o atingir de objetivos a curto prazo e a longo prazo, no desenvolvimento pessoal, do ponto de vista intelectual, social, cívico e moral (Campos, 1989). O que para um educador constitui um problema, pode constituir para outro, uma irritação e, para outro ainda, apenas manifestação exuberante de bom humor por parte dos alunos. Essa falta de coerência entre autoridades, conduz os alunos a tornar-se pesquisadores, testando os diferentes comportamentos em cada ambiente para ver o que será tolerado. Da mesma forma, a maneira como olhamos os comportamentos que as crianças exibem na sala de aula, também varia com a cultura e com o tempo histórico (Fontana, 1985).

2.7. A importância das instituições de acolhimento na transmissão de atitudes e valores

Independentemente da família desempenhar um papel fundamental e insubstituível no desenvolvimento da criança, esta nem sempre reúne todas as condições emocionais, afetivas e materiais para lhe garantir um desenvolvimento íntegro e pleno. Desta forma, é viável a separação da criança da sua família, ainda que temporária, recorrendo-se então, ao acolhimento institucional (Alves, 2007). Todavia, e, apesar dos Lares terem como objetivo apresentar uma forte semelhança com o meio familiar, estes não conseguem oferecer uma alternativa sustentada à mesma pelas condições de acolhimento que proporcionam. Neste sentido, as instituições deverão oferecer às crianças acolhidas, um ambiente tão próximo do familiar quanto possível “através da satisfação de todas as necessidades básicas, da promoção da sua reintegração na família e na comunidade, contribuindo, no todo para a sua valorização pessoal, social e profissional” (*Idem*, 2007, p. 127). Os Lares devem garantir à criança institucionalizada: O seu desenvolvimento físico e intelectual, bem como a aquisição de normas e valores (...), assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal, à sua formação escolar e profissional, em cooperação estreita com a família, a escola e as estruturas locais de formação profissional (Fernandes *et al.*, 1996, p. 7). Ou seja, Lares e Escola (em parceria) têm um papel fundamental, na transmissão de valores culturais, morais, sociais indispensáveis à integração e socialização destas crianças. Sendo que são estas duas Instituições (Lares e Escola) responsáveis pela garantia de promoção social/profissional e extinção da segregação social inerentes a estas crianças que vivem e provieram de um meio excluído.

2.8. A importância da junção Família e Escola na transmissão de atitudes e valores

A família em paralelo com a escola representa uma forte instituição social, responsável em grande parte, pela estruturação de valores e comportamentos dos membros que a compõem, determinando as primeiras relações sociais, assim como, os contextos onde decorrem a maior parte das aprendizagens iniciais que efetuamos. Se por um lado, o desenvolvimento do

indivíduo não depende apenas da ação direta da família, podemos no entanto dizer que, entre os agentes socializadores deste, a família ocupa o primeiro lugar, contribuindo para a interiorização de valores, atitudes e papéis. A par da educação e socialização da criança, do adolescente ou do jovem, a família tem a função essencial de proporcionar o afeto que garanta a estabilidade emocional, necessária ao desenvolvimento integral e harmonioso do ser humano. A importância da família para a escola também tem sido investigada em relação a outros fatores como: o comportamento dos alunos na sala de aula e os problemas de adaptação. Os estudos de Nakayama (1996), Vasconcellos (1995), procuram compreender como os pais concebem e contribuem para estes fatores do cotidiano escolar, que inclui o comportamento do aluno na sala de aula. Enfocando os problemas de adaptação escolar, os autores Platone (1979), Lima (1991), Machado *et al* (1991), permitem constatar a interdependência dos pais na adaptação dos filhos à escola. Lima (1991), revela que não é possível analisar a criança com adaptação ineficaz fora do contexto familiar e dá ênfase ao distanciamento entre pais e filhos como fator de dificuldade no desempenho e na adaptação. A forma como a família vê a escola, como encara o percurso escolar do seu educando influencia consideravelmente a forma como o próprio aluno chega à sala de aula, que atitudes manifestam, as expectativas com que se apresenta. Esta postura vai depois ter influência no sucesso ou insucesso educativo dos alunos. Depois da família, a escola é o agente mais importante na socialização do indivíduo. A escola continua, integra e amplia a obra educativa da família. A família e a escola são duas instituições importantes e fundamentais na socialização. Primeiro na família e depois na escola, o indivíduo cresce, desenvolve-se e conquista a sua identidade. A escola é cada vez mais, entendida como uma organização indispensável ao indivíduo dos tempos modernos, como forma de enriquecimento das experiências de socialização e da dinâmica das relações interpessoais, dando continuidade ao processo educativo da família. Apresenta-se como um grupo artificial e institucional com rotinas e procedimentos bem explícitos, revelando-se uma instituição social onde se realiza por excelência o ato educativo na sua dimensão mais formal. As escolas e as famílias devem assim, procurar trabalhar em conjunto para um maior relacionamento recíproco, visando a produção de melhores contextos educativos para os seus educandos. Uma tal relação de parceria “requer transformações nos modos tradicionais de conceber a relação educativa e, neste sentido, será mais viável mudar as escolas do que mudar as famílias” (Diogo, 1998, p.52). Segundo Caeiro (2005, p.23), é de extrema importância que se estabeleça uma relação entre escola - família. A família, supostamente, é quem melhor conhece a criança e os professores precisam de todas as informações possíveis para trabalhar da melhor forma com os alunos que tem à sua frente, “para que tal ocorra é necessário que se construa uma relação de diálogo mútuo, onde cada parte envolvida tenha oportunidade de falar, oralizar e partilhar, permitindo

uma efetiva troca de saberes e experiências”. Para que a criança tenha sucesso escolar e para que desenvolva a sua aprendizagem com facilidade é essencial que se sinta apoiada, quer pela escola, quer pela família. “O envolvimento das famílias na vida das crianças dá-lhes influência e permite-lhes um conhecimento maior dos seus papéis e das suas competências para ajudarem os filhos a crescerem, razão pela qual também devem participar e contribuir para a dinâmica da escola” Almeida (2004, p. 40). Como afirma Diogo (1985), de um modo geral, o envolvimento dos pais na escola é muito positivo não só para o aluno, mas também para o próprio encarregado de educação, para a escola e até para a sociedade.

3. Metodologia

Depois do enquadramento concetual, no qual se insere toda a contextualização e fundamentação teórica deste trabalho, e não menos importante, emerge a necessidade de clarificar os objetivos da investigação. Qualquer investigação empírica visa a procura de um caminho que, à partida, se avista desconhecido. Tuckman (1994) salienta, neste sentido, que uma investigação não ambiciona encontrar modelos perfeitos ou teorias infalíveis, mas sim construir um produto. Para tal, pressupõe-se a existência de um problema em torno do qual o investigador irá trabalhar no sentido de conseguir meios para estudar, analisar, compreender e construir explicações relativamente a esse mesmo problema. Assim, a pergunta a qual pretendemos responder nesta investigação é:

- Que atitudes e comportamentos, os alunos desta instituição particular, evidenciam nos intervalos letivos e em sala de aulas?

Objetivos Gerais:

- Analisar os tipos de atitudes e comportamentos que alunos desta nesta instituição particular evidenciam nos intervalos letivos e na sala de aulas.

Objetivos Específicos:

- Identificar qual o intervalo onde se evidenciam mais comportamentos desviantes;
- Referir o local onde ocorrem mais comportamentos desviantes;
- Perceber quais as atitudes que os alunos mais evidenciam em sala de aula.

Esta investigação justifica-se, em primeiro lugar, pelo interesse pessoal pelo tema, em segundo lugar pelo fato de ter sido professora Estagiária da escola Regional Dr. Dinis da Fonseca onde foi realizado o estudo empírico, na qual se valoriza muito mais o saber ser e saber estar, nomeadamente os comportamentos, atitudes e valores na sala de aula do que propriamente o saber fazer, cuja avaliação versa sobre conhecimentos científicos que os alunos têm que

apreender, compreender e aplicar. Desta forma, a motivação para este estudo prende-se essencialmente com a compreensão desta problemática que assola as nossas escolas e formas de resolução destes problemas para que se proporcione um melhor ambiente e qualidade na escola, para que todos se sintam melhor na comunidade educativa.

3.1. Desenho do estudo

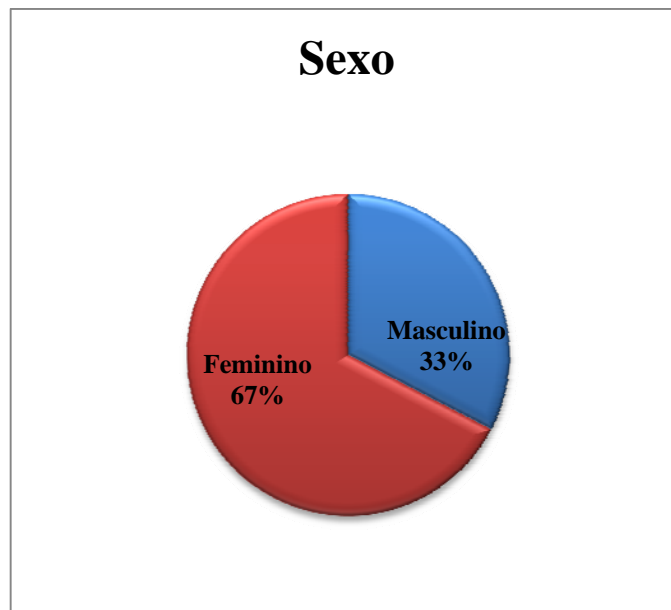
É um estudo de carácter exploratório descritivo tendo em conta a análise das Grelhas de atitudes e comportamentos. O estudo foi caracterizado no tipo denominado exploratório-descritivo. Exploratório por se tratar de um tema ainda pouco explicado teoricamente, e descritivo por estar fundamentado na pesquisa qualitativa, que é por princípio descritiva. Assim, é exploratório-descritivo por trazer à tona um estudo ainda em fase de exploração no meio académico, com base na descrição de uma realidade estudada. Essa opção é confirmada por Quivy (1972) ao indicar esse tipo de pesquisa como apropriada, dentro de um enfoque exploratório-descritivo, por fazer um exame minucioso de um determinado ambiente, de um indivíduo ou de uma situação específica.

3.2. Caracterização da amostra

O estudo empírico foi realizado na Escola Regional Dr. Dinis da Fonseca, Cerdeira do Coa. A Escola enquadra-se nesta situação, não se inserindo numa zona problemática onde haja situações de risco para os alunos ou comunidade escolar.

A amostra do nosso estudo pertence à Escola anteriormente referida é constituída por (49) alunos sendo (30) alunos da turma do 5º A e (19) alunos do 6ºA. Na turma do 5ºA (19) alunos são do sexo masculino e (11) pertence, ao sexo feminino. No que concerne a turma do 6º A (14) alunos são do sexo feminino e (5) pertencem ao sexo masculino. Verificando-se assim (23) alunos do sexo feminino e (16) alunos do sexo masculino.

Gráfico 1: Representação do gênero da amostra



No que se refere ao ano de frequência, 61% da amostra pertence à turma de 5º ano, e 39% corresponde à turma de 6º ano, como podemos verificar no gráfico 2.

Gráfico 2: Representação da amostra por ano de escolaridade



Os alunos institucionalizados correspondem a 24% da amostra, sendo todos eles do sexo feminino, 89%, no que se refere aos são alunos não institucionalizados (os que vivem com os pais ou em outra situação), corresponde a 76% da amostra. No que concerne aos alunos que

vivem na instituição são crianças foram retiradas às famílias por se tratar de famílias desestruturadas.

Gráfico 3: Representação dos tipos de alunos (externos ou internos na instituição)



3.3. Instrumentos

Para a realização deste estudo tomámos em conta as grelhas em anexo 1 e 2. Tratando-se das Grelhas de atitudes e comportamentos da turma do 5º e 6º ano nos intervalos das 10h30 às 11h45 e das 13h10 às 14h30. A observação dessas atitudes e comportamentos decorreu na semana de 16 a 20 de maio de 2011. Os locais de observação das atitudes e comportamentos dos alunos sucederam: na Sala de Informática na qual se observou quis o número que não partilhou o computador com os colegas; na biblioteca, onde se observou o número de alunos que fala em voz alta perturbando os colegas; a jogar futebol no recreio, observou-se o número de alunos que disse palavrões / insultou os colegas; a jogar matraquilhos no recreio observou-se o número de alunos que não partilhou os matraquilhos com os colegas; Também se observaram os números de alunos que discutiram entre colegas no recreio. Estas grelhas encontram-se em anexo 1.

No que se refere à grelha de atitudes e comportamentos dos alunos do 5º e 6º ano na sala de aula, esta avaliação foi elaborada por todos os professores das turmas durante o ano letivo 2010-2011, tendo em conta a falta de hábitos e métodos e de estudo organização; Desorganização dos cadernos diários; Falta de autonomia; falta de auto-confiança; Faz os trabalhos de casa; Estar atento nas aulas (não brincar, não conversar com o colega e não perturbar a aula). Estes critérios foram avaliados com: sim; não e nem sempre. Estas grelhas encontram-se em anexo 2.

3.4. Procedimentos

Em relação aos procedimentos de recolha de dados, foi solicitado, em primeira a Diretora da Escola Dr. Dinis da Fonseca, a autorização para a observação direta do comportamento dos alunos do 5º e 6A. Após o deferimento, facultaram-nos as tabelas em anexo. A aplicação dos instrumentos decorreu na semana de 16 a 20 de maio de 2011. Relativamente às tabelas de comportamento em sala de aula estas também nos foram facultadas pela Instituição Escolar em questão.

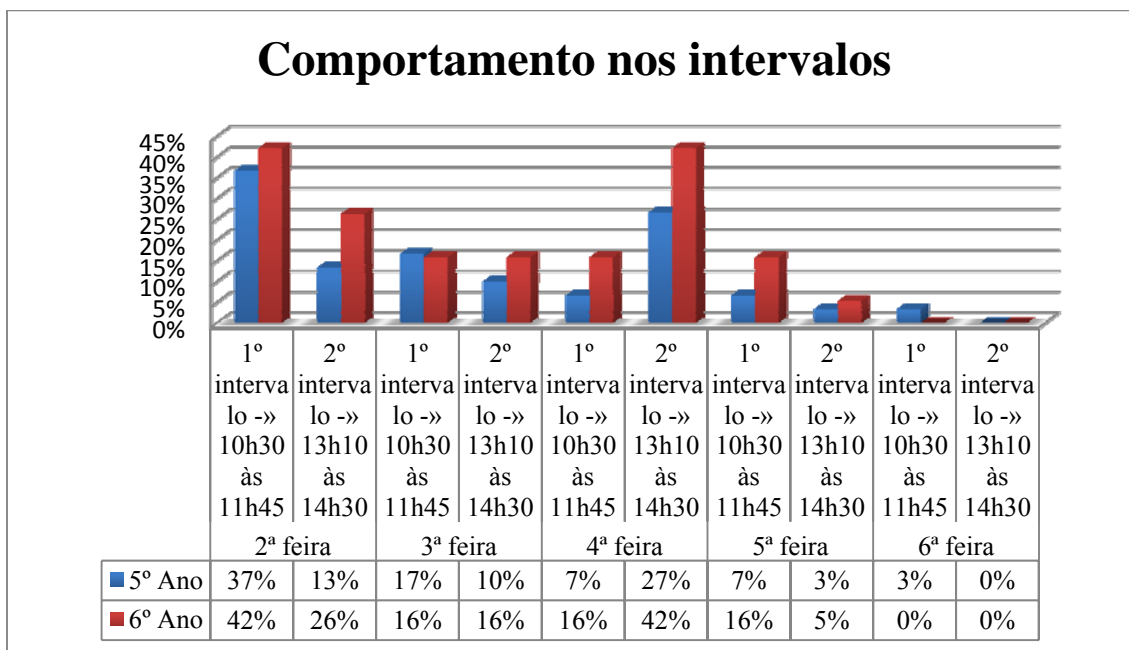
3.5. Análise dos dados

A análise estatística dos dados recolhidos foi materializada através do programa Excel. O tratamento destes dados foi feito em função dos objetivos das análises, das características das variáveis consideradas e da verificação dos pressupostos da investigação. Assim, foram calculadas as percentagens procedendo por fim a uma análise descritiva

4. Apresentação dos Resultados

No gráfico 4 observamos os comportamentos dos alunos ao longo da semana no qual se verifica que no início da semana os alunos evidenciam piores comportamentos do que no final da semana. Na 2ª feira, no 1º intervalo, (10h30 às 11h45), 37% dos alunos do 5º ano e 42% dos alunos do 6º ano evidenciam maus comportamentos. No 2º intervalo, (13h10 às 14h30), 13% dos alunos do 5º ano e 26% dos alunos do 6º ano evidenciam mau comportamento. Na 3ª feira, no 1º intervalo, (10h30 às 11h45), 17 % dos alunos do 5º ano e 16% dos alunos do 6º ano evidenciam mau comportamento. No 2º intervalo, (13h10 às 14h30), 10% dos alunos do 5º ano e 16 % dos alunos do 6º ano evidenciam mau comportamento. Na 4ª feira, no 1º intervalo, (10h30 às 11h45), 7% dos alunos do 5º ano e 16% dos alunos do 6º ano evidenciam mau comportamento. No 2º intervalo, (13h10 às 14h30), 27% dos alunos do 5º ano e 42% dos alunos do 6º ano evidenciam mau comportamento. Esta falta de comportamento por parte dos alunos pode estar interligada com atividades curriculares desse dia, desporto escolar ou atividades lúdicas.

Gráfico 4: Comportamentos evidenciados pelos alunos nos intervalos

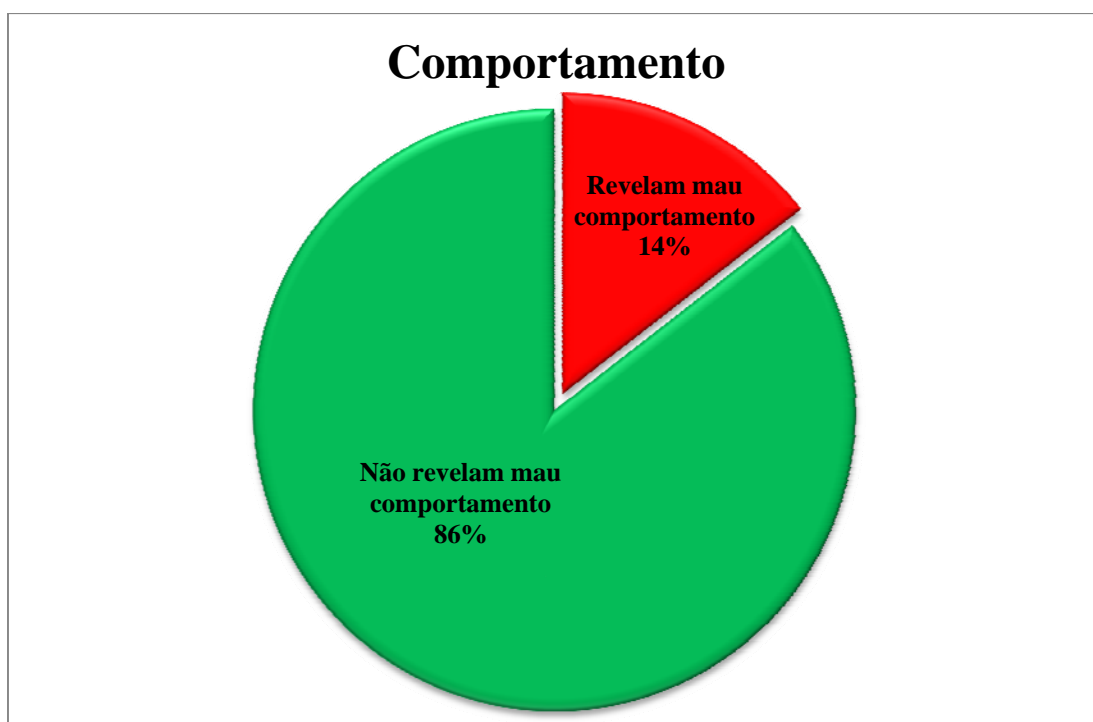


Na 5ª feira no 1º intervalo, (10h30 às 11h45), 7% dos alunos do 5º ano e 16% dos alunos do 6º ano evidenciam mau comportamento. No 2º intervalo, (13h10 às 14h30), 3% dos alunos do 5º ano e 5% dos alunos do 6º ano evidenciam mau comportamento. Na 6ª feira, no 1º intervalo, 3%

dos alunos do 5º ano e 0% dos alunos do 6º evidenciam mau comportamento. No 2º intervalo não foram evidenciados maus comportamentos.

A partir da análise da tabela em anexo 3, elaboramos o gráfico 5, no qual se pode observar as atitudes e comportamentos nos intervalos escolares. Este refere que 14% dos alunos da amostra evidenciam mau comportamento nos recreios, em contrapartida 86% da amostra não revelam mau comportamento.

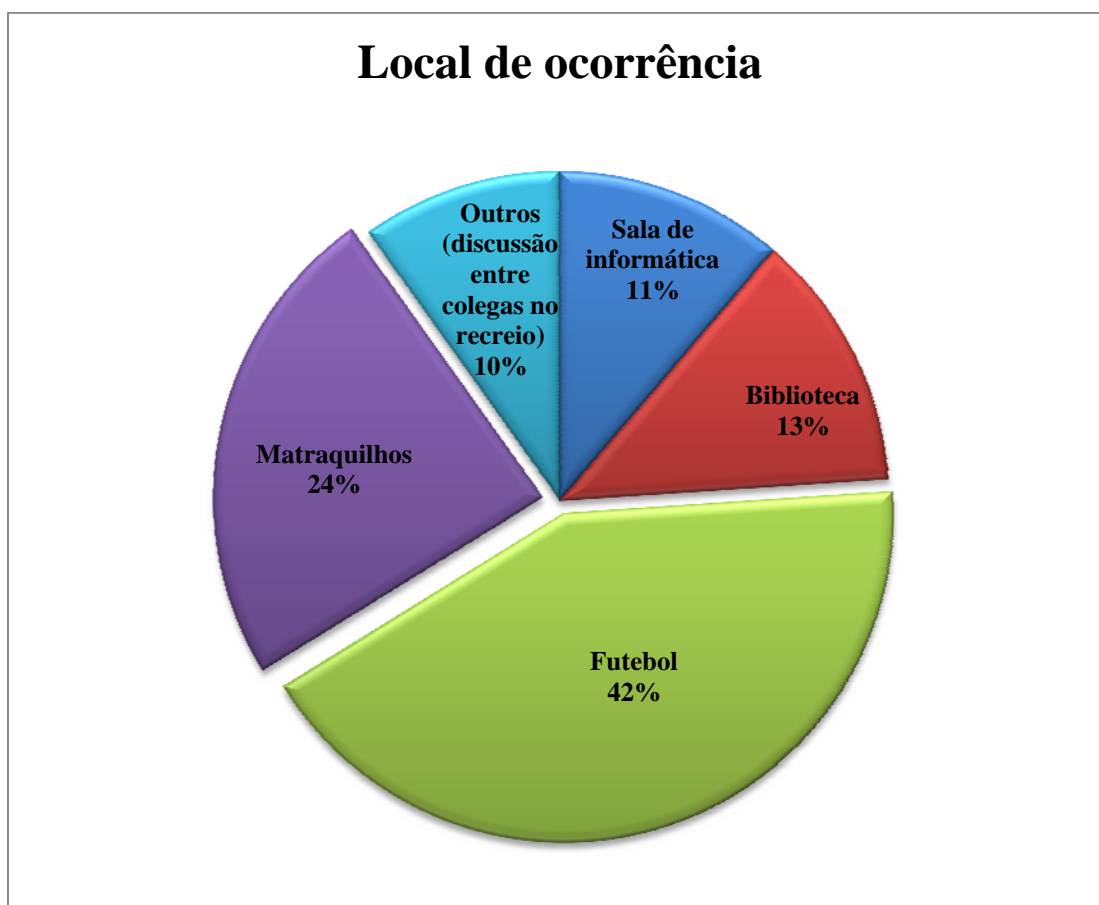
Gráfico 5: Comportamentos



No que se refere ao local de ocorrência desses comportamentos recorreremos à análise do gráfico 6 no qual observamos que o local onde se evidencia mais falta de atitudes e comportamentos é nos matraquilhos e no futebol. O que pode estar relacionado com a competição, sendo este um fator propício ao surgimento de comportamentos desviantes. Ao analisarmos o gráfico 6, podemos verificar que :

- 11%, dos alunos evidencia mau comportamento na sala de informática;
- 13%, dos alunos evidencia mau comportamento na biblioteca;
- 42%, dos alunos evidencia mau comportamento no futebol;
- 24%, dos alunos evidencia mau comportamento nos matraquilhos;
- 10%, dos alunos evidencia mau comportamento noutros locais.

Gráfico 6: Representação do local de ocorrência dos maus comportamentos



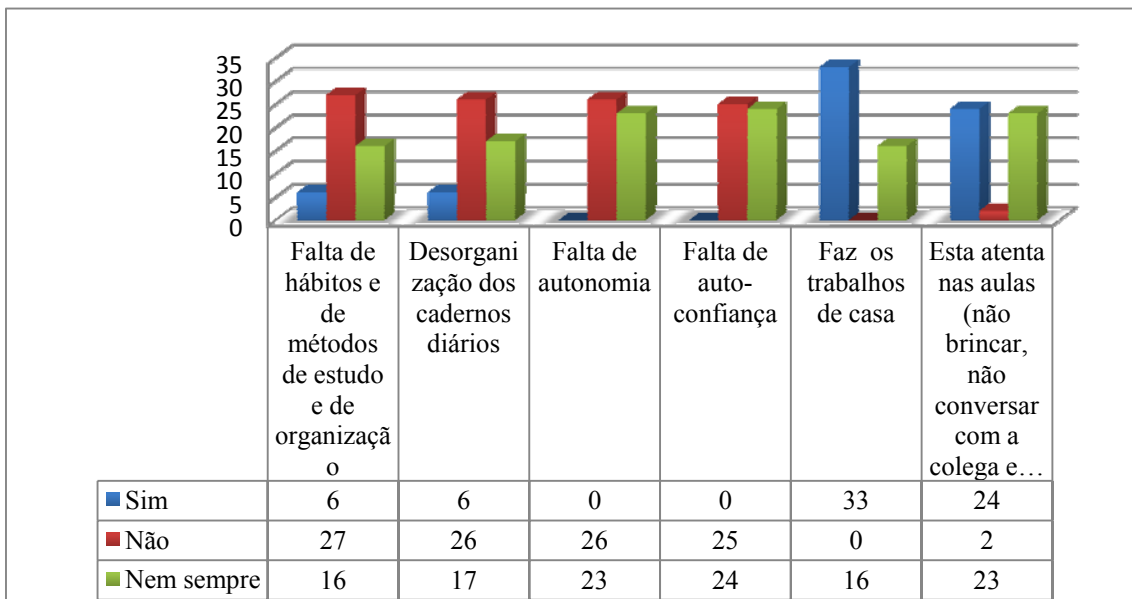
No que concerne há falta de atitudes e comportamentos em sala de aula e ao analisarmos o gráfico ao longo do ano letivo, constata-se que na categoria da falta de hábitos e de métodos de estudo e de organização, (22) alunos evidenciam este tipo de comportamentos existindo (16) alunos que nem sempre o evidenciam.

Relativamente à falta de desorganização dos cadernos diários verificamos que (22) alunos evidenciam este tipo de comportamento existindo (16) alunos que nem sempre o evidenciam.

Em relação à categoria de falta de autonomia, (23) alunos que nem sempre evidenciam este tipo de comportamentos. Acerca da categoria da falta de confiança existem (24) alunos que nem sempre evidenciam este tipo de comportamentos.

No que concerne à categoria de faz os trabalhos de casa, existem (16) alunos que nem sempre evidenciam este tipo de comportamentos. No que se refere à categoria de estar atento nas aulas (não brincar, não conversar com a colega do lado e...), existem (25) alunos que evidenciam este tipo de comportamentos apesar de (23) desses alunos nem sempre o evidenciarem.

Gráfico 7: Representação anual do comportamento dos alunos em sala de aula



5. Discussão dos Resultados

Atendendo aos resultados obtidos no estudo empírico prosseguimos com uma apreciação global de que grande parte dos resultados obtidos nesta investigação são consistentes com a revisão e reflexão da literatura. O nosso estudo vai de acordo com Mariana Cascais (2005 p.27), quando refere que a família é a principal responsável pelas atitudes e comportamentos dos seus educandos. Quando analisámos o comportamento dos alunos nos intervalos, verificamos que na 2ª feira, os alunos evidenciaram mais comportamentos desviantes, o que nos leva a crer que a Família poderá ser a responsável por este comportamento, pois os alunos passaram o fim de semana em casa, podendo assim trazer influências desse grupo social. Esses comportamentos desviantes vão diminuindo ao longo da semana, o que nos leva a pensar segundo Campos (1989), referindo-se à escola, como um local onde existem regras, que contribuem para determinar o comportamento das crianças, e o conjunto desses deveres constitui, aquilo que se chama de disciplina escolar. Tal afirmação leva-nos a pensar que a diminuição desses comportamentos desviantes, pode estar relacionada com essas regras, que a escola incute nos alunos. Na 4ª feira, verificamos que o mau comportamento dos alunos é em maior evidência, podendo estar relacionado com as atividades extracurriculares. O que poderá levar a uma maior socialização por parte dos alunos. Este facto remete-nos para afirmação de Musgrave (1979), quando refere que, as relações sociais exercem grandes influências sobre as atitudes. Os alunos ao estarem em socialização poderão adquirir atitudes e comportamentos uns dos outros. Estes comportamentos, nos intervalos poderão estar relacionados, com a aceitação ou não no grupo social, com necessidade de adaptação às normas do grupo para serem aceites, tal como refere Fontana (1996).

Relativamente as atitudes analisadas em contexto de sala de aula, e como refere Fontana (1996), os alunos interrompem o professor, conversam com os colegas, levantam-se do lugar sem pretexto, não cooperam nas tarefas e distraem-se facilmente. Este tipo de atitudes foi evidenciada pelos alunos em questão o que pode estar relacionado com os fracos resultados escolares como refere Jesus (2004).

No que diz respeito à falta de autonomia e auto-confiança, esta pode estar relacionada à falta de ajuda por parte da família pois segundo Schencker & Minayo (2003), o grupo familiar tem um papel fundamental na constituição dos indivíduos, sendo importante na determinação e na organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento.

No que diz respeito à falta de hábitos de estudos e desorganização dos cadernos diários, poderá estar relacionado com a falta de ligação entre escola-família, como afirma Caieiro (2005), e é de extrema importância que se estabeleça uma ligação escola-família. A família é supostamente

quem melhor conhece a criança e os professores precisam de todas as informações para trabalharem da melhor forma com os alunos que têm a sua frente. Também Almeida (2004), vem recalcar esta afirmação, quando explica que o envolvimento das famílias na vida das crianças ajuda os filhos a crescer.

Segundo Delors (1996), a escola cada vez tem uma maior importância na vida dos alunos. De acordo com Canário (2002) a escola compete educar, instruir, e socializar, logo estes problemas de falta e valores, atitudes e comportamentos poderão estar relacionados com estas duas instituições.

6. Considerações Finais do Estudo

Com o objetivo deste estudo, conseguimos dar respostas às questões levantadas. Ao analisarmos as atitudes e comportamentos que alunos, da instituição em questão evidenciam nos intervalos letivos e na sala de aula, conseguimos:

- Identificar qual o intervalo onde se evidenciam mais comportamentos desviantes: Sendo o 1º intervalo aquele onde os alunos evidenciam mais comportamentos desviantes, verificando-se na 2ª feira, um total de 79% de comportamentos desviantes, na 3ª feira 33% dos alunos evidenciam comportamentos desviantes, com a exceção da 4ª feira onde o primeiro intervalo revela 69% dos alunos com comportamentos desviantes. Na 4ª feira 21% dos alunos revelam comportamentos desviantes e na 6ª feira 3% dos alunos revelam comportamentos desviantes.
- Referir o local onde ocorrem mais comportamentos desviantes: O local onde os alunos evidenciam mais comportamentos desviantes, é no recreio a jogar futebol, com 42% dos alunos. Seguindo-se dos matraquilhos, com 24% dos alunos.
- Perceber quais as atitudes que os alunos mais evidenciam em sala de aula: As atitudes mais evidenciadas pelos alunos em sala de aula é a categoria “Esta atenta nas aulas (não brincar, não conversar com o colega)”, com (25) alunos a evidenciarem este tipo de atitude, apesar de 23 dos alunos nem sempre o evidenciarem.

•

7. Conclusão

A complexidade da sociedade em que vivemos, decorrente dos tempos de insegurança, de mudanças constantes, da diversidade cultural, do aparecimento das novas tecnologias e do progresso científico, influencia a escola. A qual, deixou de ser um espaço exclusivo de sala de aula, para tratar também de falta de valores, atitudes e comportamentos, que decorrem desse tempo de insegurança, uma vez que lhe é exigido pela sociedade que encare o aluno como um ser social determinado pelas circunstâncias em que vive e das quais não é possível dissociá-lo. É neste contexto que a sociedade exige aos professores, que façam da escola um espaço atrativo onde seja possível motivar os alunos para a aprendizagem, que reconstruam os valores e as certezas há muito por si desmoronados, que inovem e que renovem os seus conhecimentos ao ritmo com que a sociedade de informação se impõe. São estes os desafios para a nova geração de professores que está na forja. O estágio é, pelas várias razões apresentadas, a oportunidade de ouro para perceber a realidade da escola e ao mesmo tempo aprender com quem já tem experiência no contato social e pedagógico com os alunos.

Neste relatório, procuramos, dar também a conhecer qual a importância que a Supervisão Pedagógica tem para o Estagiário, e de que forma esta influencia o futuro deste enquanto Professor. Neste contexto é fundamental entender qual o papel do Orientador e qual o papel do Estagiário durante o Estágio pedagógico.

Torna-se inquestionável a importância que tem o Orientador de estágio; é também indubitável que o Estágio pedagógico constitui uma experiência enriquecedora para o Estagiário, que aliado à sua vontade e empenho próprios, constituem o terreno ideal para um estágio que além de muito proveitoso se revelará igualmente agradável. Ao conceber a supervisão como uma orientação da prática pedagógica que incide sobre o processo de *ensino-aprendizagem* e que, por sua vez, pressupõe e facilita o desenvolvimento do aluno e do professor em formação, implica que o supervisor da prática pedagógica se encontre ele próprio num processo de desenvolvimento e aprendizagem, numa dinâmica recíproca.

Finalmente, considero que foi muito compensador este esforço de pesquisa e revisão bibliográfica realizados sobre os temas: da Prática Pedagógica; Supervisão Pedagógica; Papel do Orientador/O papel do Estagiário, pois permitiu a construção de saberes, e no futuro irá tornar possível a opção de perspectivas de atuação mais adequadas.

8. Implicações e Sugestões Futuras

Os problemas e desafios da educação, no âmbito da formação de professores ainda são muitos. A maior parte deles já estão enraizados nos nossos sistemas de ensino. Sobre esta temática, muito há ainda a realizar ao nível do campo educacional, tendo em conta o insuficiente aperfeiçoamento profissional do professor, e a resolução deste problema demorará ainda algum tempo para acontecer.

Outro aspeto que é importante salientar é a importância de promover o diálogo entre as instituições do ensino superior e o mercado de trabalho, que no meu entender não se deve cingir à última etapa da formação dos estagiários. Tal diálogo deve começar nos primeiros anos de formação, por intermédio de currículos que promovam crescentes níveis de articulação entre a teoria e a prática. Estes poderão passar, por exemplo, pela implementação de experiências que permitam aos alunos, cada vez mais cedo, contactar com o mundo real e fazer a ligação com os conteúdos teóricos aprendidos na universidade. Penso que esta imersão gradual no mundo do trabalho, para além das competências que poderá promover junto dos alunos universitários e futuros professores, poderá também diminuir algumas das dificuldades e inseguranças, habitualmente associadas à entrada no estágio.

Por outras palavras, trata-se de apoiar o aluno a passar de aluno das disciplinas curriculares a futuro professor, criando uma responsabilização docente progressiva que contribua para o seu processo de crescimento profissional.

9. Bibliografia

- Alarcão, & I. (2001). *Escola Reflexiva e Supervisão. Uma Escola em desenvolvimento e Aprendizagem. In Isabel Alarcão (org.) Escola Reflexiva e Supervisão. uma Escola em desenvolvimento e Aprendizagem.* Porto: Porto Editora.
- Alarcão, I., & Tavares, J. (2003). *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma Perspetiva de*
Alarcão, I. & Tavares, J. (1987). *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma Perspetiva de Desenvolvimento e Aprendizagem.* Coimbra: Almedina. *Desenvolvimento e Aprendizagem.* (2ª ed.). Coimbra: Livraria Almedina.
- Alarcão, & I. & Roldão, M. (2008). *Supervisão. Um Contexto de desenvolvimento Profissional dos Docentes.* Mangualde: Edições Pedagogo.
- Alves. (1997). *A (IN) satisfação dos Professores. Estudo de opiniões dos Professores do Ensino Secundário do Distrito de Bragança: In Estrela M.; Carrolo, L.; et al. Viver e Construir a profissão Docente.* Porto: Porto Editora.
- Amado, & e outros, J. (2003). *A escola e os alunos institucionalizados.* Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- Amaral, M., & Moreira, M. R. (1996). O papel do supervisor no desenvolvimento do Professor reflexivo: Estratégias de supervisão. in I. Alarcão (Org.), *Formação reflexiva de professores.* Porto Editora.
- Balancho, & M, J. (1994). *Motivar os alunos criatividade na relação pedagógica.* Lisboa: Texto Editora.
- Bardin, & L. (1977). *Análise de conteúdos.* Portugal: Edições 70.
- Bosolini-Silva, & A, & A. (2003). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. Problemas de comportamento: Um panorama da área., 5.*
- Caeiro, & J. & Delgado, P. (2005). *Indisciplina em Contexto Escolar.* Lisboa: Instituto Piaget.
- Caeiro, & T. (2005). *Educação e Família. Actas do Seminário.* Lisboa: Concelho Nacional de Educação.

- Caires, S., & Leandro S. Almeida. (2000). *Revista Portuguesa de Educação. Os Estágios na Formação dos Estudantes do Ensino Superior: Tópicos para um debate em aberto*, 13, pp. 219-241.
- Caldeira, & S.N. (2007). *(Des) ordem na escola - mitos e realidades*. Coimbra: Quarteto.
- Canário, R. (2002). *Escola: crise ou mutação*. In PROST, A. et al. *Espaços de Educação Tempos de Formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cascais, & M. (2005). *Educação e Família. Actas do Seminário*. Lisboa: Concelho Nacional de Educação.
- Cavaco, M. H. (1995). *Ofício do Professor: o Tempo e as Mudanças*. Em A. Nóvoa, (Org.). *Profissão Professor* (pp.155-191). Porto: Porto Editora.
- Diogo, J. (1998). *Parceria Escola-Família: A caminho de uma Educação participada*. Porto: Porto Editora.
- D'orey, I. (1993). *Escola, Família e Deficiência*. In Integrar.
- Ferreira, & P. (1999). *Valores humanas*. Porto: Edições Salesianas.
- Fontana, & D. (1996). *Classroom control and child behavoor problems. In Actas do XV Colóquio da psicologia da educação*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Francisco, C. M. (2001). *Contributos da Supervisão para o Sucesso do desempenho do aluno no estágio*. Universidade de Coimbra Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.
- Francisco, C. M. (2006). *Estágio Pedagógico inicial de Professores: Um problema para a saúde*. Universidade de Aveiro Departamento de Ciências de Educação.
- Gonçalves, F. (2006). *A Auto-observação e Análise da Relação Educativa: justificação e prática* (1ª ed.). Porto: Porto Editora.
- [Http://sites.google.com/site/colegiodacerdeira/](http://sites.google.com/site/colegiodacerdeira/). Consultado dia 21 de dezembro 2011.
- Herdeiro, & Rosalinda & Silva, A. (2008). *Práticas reflexivas: uma estratégia de desenvolvimento profissional dos docentes*. In ANAIS (Actas) do IV Colóquio Luso-

Brasileiro, VIII Cilóquio sobre Questões Curriculares: Currículo, teorias, Métodos. 2,3 e 4 de Setembro de 2008. Brasil: Universidade de Santa Catarina, Florianópolis. .

Jesus, & S, N. (2004). *Psicologia da Educação*. Coimbra: Quarteto.

Lima, C. M. B. (1991). *A aliança familiar na adaptação ineficaz*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, USP. Ribeirão Preto.

Lopes, & J. (2003). *Problemas de comportamentos de aprendizagem, problemas de ensinagem*. Coimbra: Quarteto.

Lourenço, & A, P. (2004). *Disrupção escolar, estudo de caso*. Porto: Porto Editora.

Machado, V. L. S. et al. (1991). *A ambientação à escola: atuação junto a um grupo de crianças iniciando o ciclo básico*. Cadernos de Educação Paidéia.

Moreira, M., et al. (2004). *O papel da Supervisão numa Pedagogia para a Autonomia, in Pedagogia para a autonomia: resistir e agir estrategicamente*. Braga: Universidade do Minho.

Moreira, M., et al. (2006). *A investigação-ação na formação reflexiva de professores-estagiários: percursos e evidências de um projeto de supervisão*. In Vieira, F & Al. *No Caleidoscópio da supervisão: imagens de formação e da pedagogia*. Mangualde: Pedagogo.

Musgrave, P. W. (1979). *Sociologia da Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Nakayama, A, M. (1996). *A disciplina na escola: o que pensam os pais, professores e alunos de uma escola de 1º grau*. São Paulo. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, USP.

Osterrieth, P. (1975). *A criança e a família*. Lisboa: Europa América.

Paiva, M. (2004). *A Observação Colaborativa na Formação Reflexiva de Professores Estagiários de Inglês: Um estudo de caso*. Braga: Dissertação e Mestrado apresentada à Universidade do Minho.

Pereira, & B, P. A. (2001). *A escola e a criança em risco - Intervir para prevenir*. Porto: Edições Asa.

Pernoud, & Ph. (1993). *Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação: Perspectiva Sociológica*. Lisboa: Dom Quixote.

- Pires, C. (1998). *Estagiar um verbo irregular*. In Notícias magazine, nº317,21 de junho.
- Platone, M. L. L. (1987). *Integracion el sistema escolar y del sistema familiar, sus efectos sobre la conducta infantil*. Niños: Caracas.
- Projeto Curricular da turma de 5º A - da Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, Cerdeira do Coa.*
- Projeto Curricular de turma do 6º A - da Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, Cerdeira do Coa.*
- Ralha-Simões. (1995). *H, Dimensões pessoal e profissional na formação de professores*. Aveiro: Edições Cidine.
- Ryan, G. Toohoy, S & Hughes, C. (1996). The purpose value and structure of the practicum in the higher education. A literature review. Higher Education.
- Rocher, & G. (1971). *Sociologia Geral*. Editora Presença.
- Rodrigues. (2001). <http://www.educ.fc.ul.pt/recentes/mpfip/>. Obtido em 21 de Janeiro de 2012
- Sampaio. (2007). *"Bons Professores"*. Lisboa: In Revista Pública (18 Novembro p.82).
- Schenker, M., & Minayo, M. C. S. (2003). *A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8 (1), 299-306.
- Schön. (1992). *Formar professores como profissionais reflexivos*, in Nóvoa, A (coord.) *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: D. Quixote.
- Schoön, D. (1983). *The Reflective Practitioner. How Professionals Think in Action* New York Basic Books.
- Silva, & A, M. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Simões, C. (1996). *O desenvolvimento do professor e a construção do conhecimento pedagógico*. Aveiro: Fundação João Jacinto de Magalhães.
- Vasconcellos, C. S. (1995). *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. Cadernos Pedagógicos do Libertad: São Paulo.
- Vidal, & M. (1996). *Moral de atitudes I. Moral fundamental*. . Aparecida: Santuário.

Weber, S. (2003). *Políticas educacionais, práticas escolares e objetivos de aprendizagem: repercussões na sala de aula*. In Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Goiânia: Endipe.

Zeichner. (1993). *A formação reflexiva de professores: Ideias e práticas*. Lisboa: Educa.

Legislação:

Decreto- lei nº 3/2008.

Decreto- lei 74/2006 de 24 de março.

Decreto- lei 43/2007 de 22 de fevereiro.

Decreto- lei 15/2007 de 19 de janeiro.

Decreto- lei regulamentar nº 2/2008 de 10 de janeiro.

Decreto-lei 75/2008.

Decreto-lei 240/2001 de 30 de agosto.

10. Anexos



ESCOLA REGIONAL DR. JOSÉ DINIS DA FONSECA, CERDEIRA DO CÔA

EM COOPERAÇÃO COM A



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA Guarda

GRELHA DE OBSERVAÇÃO DIRETA DE RECREIOS

2010/2011

TURMA/Nº DE ALUNOS	5ºA – 30 ALUNOS
Nome da Professora Estagiária	Daniela Job Calçada

	Semana de 16-20 de Maio 2011	Sala de informática	Biblioteca	Futebol	Matraquilhos	Outros
		Não partilha o computador com os colegas	Fala em voz alta perturbando os colegas	Diz palavrões / insulta os colegas	Não partilha os matraquilhos com os outros colegas	Discussões entre colegas no Recreio
2ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45					
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30					
3ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45					
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30					
4ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45					
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30					
5ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 1h.45					
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30					
6ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 1h.45					
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30					



ESCOLA REGIONAL DR. JOSÉ DINIS DA FONSECA, CERDEIRA DO CÔA

EM COOPERAÇÃO COM A

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA



GRELHA DE OBSERVAÇÃO DIRETA DE RECREIOS

2010/2011

TURMA/Nº DE ALUNOS	6ºA – 19 ALUNOS
Nome dos Professores Estagiários	Daniela Job Calçada

	Semana de 23-27 de Maio 2011	Sala de informática	Biblioteca	Futebol	Matraquilhos	Outros
		Não partilha o computador com os colegas	Fala em voz alta perturbando os colegas	Diz palavrões / insulta os colegas	Não partilha os matraquilhos com os outros colegas	Discussões entre colegas no recreio
2ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45					
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30					
3ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45					
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30					
4ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45					
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30					
5ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45					
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30					
6ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45					
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30					

Tabela: alunos que revelam mau comportamento

Semana de		Revelam mau comportamento		
23 a 27 de Maio 2011				
Dia	Intervalos	5º Ano	6º Ano	Total Mau
2ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45	37%	42%	19
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30	13%	26%	9
3ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45	17%	16%	8
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30	10%	16%	6
4ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45	7%	16%	5
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30	27%	42%	16
5ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45	7%	16%	5
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30	3%	5%	2
6ª feira	1º intervalo -> 10h30 às 11h45	3%	0%	1
	2º intervalo -> 13h10 às 14h30	0%	0%	0